

UDC 929PUSICH
Original scientific paper
Recebido a 28 Outubro de 2005
Aceite para a publicação a 16 Dezembro de 2005

*In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich**

Nikica Talan
Faculdade de Letras, Zagreb

O texto que se segue trata da grande escritora, jornalista, música e “feminista” portuguesa - Antónia Gertrudes Pusich. Sendo a vida e obra de D. Pusich inseparáveis da vida e obra do seu pai, a primeira parte do artigo é dedicada a Antun Pusich - pessoa que na maior medida determinou tanto a trajectória de vida, como literária de D. Antónia. É de salientar que D. Pusich, durante a vida tão conhecida e elogiada (mas também contestada), logo após a morte iria cair injustamente num esquecimento quase total. Por isso, o bicentenário do seu nascimento (que acabamos de celebrar) é uma ocasião ideal para prestar homenagem a esta autora de origem croata.

Quando, há uma dezena de anos, andei a recolher documentos relativos ao livro *Croácia -Portugal: relações histórico-culturais no decorrer dos séculos*,¹ na altura ainda não fazia ideia que os seus leitores pudessem ser privados de um capítulo amplo e excepcionalmente importante sobre a família Pusich - família essa que marcou grandemente a história política e, sobretudo, cultural do Portugal oitocentista. Do nome de Anónio Pusich e da sua filha Antónia viria a saber só no início de 1997, durante

* Este artigo foi feito graças a uma bolsa de estudo atribuída ao autor pela Biblioteca Nacional de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian.

¹ Društvo hrvatskih književnika (Associação Croata de Escritores), Zagreb, 1996.

o lançamento lisbonense do livro mencionado, num espaço significativo do edifício grandioso do Padrão dos Descobrimentos. Foi ali que me abordou por acaso (!?) um dos descendentes da família Pusich, ao qual logo prometi corrigir a omissão involuntariamente feita por mim ao escrever a história das relações culturais luso-croatas. O resultado dessa promessa é este artigo, dedicado à vida e obra da grande escritora, jornalista, música e “feminista” portuguesa - Antónia Gertrudes Pusich. Esta autora, que durante a sua vida foi tão lida, elogiada (mas também contestada), logo após a morte iria cair injustamente num esquecimento quase total. As únicas testemunhas do espólio artístico de D. Antónia continuam, infelizmente, a ser apenas as ruas com o seu nome, pelo que o próximo bicentenário do nascimento da autora (a 1 de Outubro do corrente ano) é uma ocasião ideal para que esse espólio finalmente seja tirado do esquecimento secular. Mas sendo a vida e obra de Antónia Pusich inseparáveis da vida e obra do seu pai, primeiro referir-nos-emos sucintamente a António Pusich - pessoa que na maior medida determinou tanto a trajectória de vida, como literária de D. Antónia.

António Pusich, filho primogénito de Jeronim e Marija Bratić, nasceu² a 15 de Dezembro de 1760 e foi baptizado na paróquia ragusina de Santa Maria. A filha de António, Antónia Gertrudes, refere³ que o seu pai frequentou as melhores escolas e universidades italianas, onde “estudou profundamente e com os melhores resultados” História, Matemática, Filosofia, Teologia, Direito, Medicina, Comércio e Agricultura. Para além do seu idioma materno, o croata, dominava perfeitamente as línguas italiana, francesa, alemã, inglesa, árabe, grega e latina. Após a morte do pai, herdou consideráveis meios de fortuna que incluíam uma frota mercante. Isso possibilitou-lhe viajar não só pela Alemanha, França, Inglaterra, Espanha e Itália, como também pela Turquia e outros países islâmicos. Em Itália estreitou laços de amizade com os cardeais Pacca e Franzoni, que mais tarde viriam a ser núncios apostólicos em Portugal. Ali também conheceu um dos seus melhores amigos - Rodrigo de Sousa Coutinho (conde de Linhares) -, na altura embaixador português em Turim. Este conseguiu convencê-lo a visitar Portugal, tendo-lhe previamente dado

² Segundo a *Biografia de António Pusich*, da autoria de Antónia Pusich, Lallemand Frères Typ., R. do Tesouro Velho, 6, Lisboa, 1872, p. 9.

³ Na p. 11 da referida *Biografia*.

numerosas cartas de recomendação com as quais António iria aparecer diante das personalidades mais influentes na corte portuguesa, incluindo a própria rainha D. Maria I.

Profundamente impressionada com o jovem croata, a rainha pediu-lhe vários favores relativos à construção da igreja do Santíssimo Coração de Jesus no largo da Estrela. Depois de ter voltado de Itália, António foi convidado a entrar, como oficial, na Armada Real. Após ter aceitado o convite, foi nomeado (a 1 de Fevereiro de 1791) segundo-tenente. Com este acto começou a sua carreira militar ao serviço da coroa portuguesa. A 6 de Fevereiro de 1793 foi-lhe concedido o foro de escudeiro fidalgo da Casa Real com 450 réis de moradia por mês, logo acrescentado a cavaleiro fidalgo, com mais 300 réis de moradia. Foi promovido a primeiro-tenente a 16 de Dezembro de 1793, a capitão-tenente a 5 de Junho de 1797, a capitão de fragata graduado a 18 de Março de 1801, a capitão de fragata efectivo a 17 de Dezembro de 1806, e a capitão de mar-e-guerra a 13 de Maio de 1808. No dia 26 de Agosto de 1797 António Pusich casou na ermida de Nossa Senhora de Ponte Pedrinha, situada na freguesia de Belas, com D. Ana Isabel Nunes, filha do capitão Manuel Nunes e D. Gertrudes Rosa da Costa. As testemunhas foram dois grandes do Reino, o Marquês de Marialva (D. Diogo) e o Marquês de Pombal (D. Henrique), o que é mais uma prova da grande consideração em que eram tidos os noivos na sociedade portuguesa de então. Quatro anos depois do casamento, no mesmo dia em que o promoveram ao posto de capitão de fragata graduado, isto é, a 18 de Março de 1801, António Pusich foi nomeado intendente da marinha das Ilhas de Cabo Verde, com atribuições independentes das do governador dessa colónia ultramarina. Deve pôr-se em relevo que o único intendente que o arquipélago de Cabo Verde alguma vez teve deixou um traço profundo na até então bem modesta economia local, promovendo, não só a pesca, tal como a plantação de algodão, urzela, anil, café e outras culturas. Terminada a sua comissão como intendente da marinha, Pusich voltou a Lisboa, prosseguindo dali para a Corte, na altura sediada no Rio de Janeiro, onde chegou a 11 de Junho de 1811.

Seis anos mais tarde (em 1817), chegou ao Rio a arquiduquesa austríaca, D. Maria Leopoldina, e com ela um pedido invulgar do imperador austríaco dirigido ao ex-intendente da marinha do arquipélago cabo-verdiano. Este pedido foi-lhe transmitido pelo embaixador da Áustria, conde de Elst. O imperador (cujo império na altura também abrangia

o território da antiga República de Ragusa) insistia que António Pusich entrasse ao seu serviço. As condições eram muito favoráveis. O monarca austríaco garantia a Pusich o posto que tinha na armada portuguesa, oferecendo-lhe o comando de uma esquadra nova que se ia formar, tal como o título de conde, para assim compensar as mercês que perdesse deixando Portugal. Da *Biografia* de Antónia Pusich podemos discernir que nessa altura o seu pai estava entre a espada e a parede, visto que a proposta da corte austríaca era muito aliciante. Por outro lado, o rei português, D. João VI, também não olhava a meios para fazer com que o ex-intendente da marinha ficasse ao seu serviço. Quando António viu como era estimado pelo seu soberano, jurou que até ao fim da vida serviria somente o rei *português*. Não foi preciso esperar muito tempo pela retribuição do juramento, visto que logo no dia 28 de Julho de 1817 foi outra vez nomeado “intendente geral da marinha de Cabo Verde, sendo, ao mesmo tempo, promovido a chefe de divisão”. Porém, mais uma circunstância especial ocorreu que, de facto, contribuiu grandemente para que Pusich muito em breve fosse nomeado governador das Ilhas de Cabo Verde. A sua filha descreveu-a assim: “Monsenhor Miranda, um dos poderosos amigos dos srs. Lobatos, que muito influentes eram na corte do Rio de Janeiro, requereu a S. Majestade a ilha de S. Vicente de Cabo Verde em propriedade. Este requerimento, que desde 1813 obtivera as mais vantajosas informações (que mais pareciam uma apologia ao pretendente) e a mais decidida protecção dos ministros de Estado, chegou ao conhecimento de el-rei em 1818. S. Majestade mandou ouvir o parecer de meu pai; e este, opondo-se a tal requerimento, fez ver a S. Majestade as vantagens que aquela boa ilha oferecia ao Estado. El-rei conformando-se inteiramente com este parecer, indeferiu a pretensão de monsenhor Miranda (ou alguém por ele...) e em pública audiência se dignou proferir estas palavras: ‘Pusich, quiseram-me furtar uma preciosa ilha, tu ma salvaste!’. E voltando-se para quem estava presente, continuou: ‘Pusich sempre me serviu bem, e espero que sirva!’”⁴ Assim António Pusich foi nomeado “governador das Ilhas de Cabo Verde e suas dependências” no mesmo dia em que D. João VI foi solenemente aclamado rei do “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve”.

Foi no dia 14 de Dezembro de 1818 que Pusich chegou a Vila da Praia, na ilha de Santiago (na altura capital do Arquipélago), levando consigo,

⁴ Ibid, págs. 22-23.

como ajudantes de campo, os seus filhos Jerónimo António Pusich e Pedro António Pusich, ambos oficiais da Armada, que mais tarde foram promovidos a capitães-tenentes efectivos. Mal acabou de chegar ao Arquipélago, António Pusich enfrentou problemas quase insuperáveis, que necessitavam de uma resolução imediata. Durante o seu mandato de governador deram-se muitas e profundas mudanças. O exército passou finalmente a ser bem vestido e regularmente pago (tal como, de resto, todas as outras despesas correntes), enquanto que pela disciplina, treino e eficácia dos soldados zelava, não apenas o governador propriamente dito, mas também o seu filho, major Pedro António Pusich, nomeado pelo pai “inspector das tropas”. Tal como uma dezena de anos antes, durante a sua primeira estadia no Arquipélago, também desta vez António Pusich andou a trabalhar perseverantemente na reforma da agricultura de lá. Em todas as ilhas criou sociedades agronómicas, fomentando a produção de vinho, café, algodão e tabaco. Igual atenção, prestava-a à exploração da riqueza mineral das ilhas, tal como à pesca. Também mandou investigar os direitos legais de propriedade dos colonos mais poderosos sobre as terras que exploravam e repartir as terras incultas entre os mais necessitados. Além disso, nas ilhas cabo-verdianas António Pusich notabilizou-se também por numerosas fortificações militares que mandou renovar ou construir, pela defesa eficaz contra incursões de vários piratas e outros inimigos no território insular por ele governado, por uma campanha bem organizada (realizada com ajuda da hierarquia eclesiástica) pela instrução do povo analfabeto, por visitas oficiais e particulares (até então inabituais) a cada uma das ilhas do Arquipélago, por uma reorganização radical da administração pública, tal como por muitas outras reformas que lhe criaram numerosos adeptos, mas também alguns inimigos bem exacerbados. Na *Biografia de António Pusich* põe-se em relevo que a forte oposição (política) do primeiro e único governador estrangeiro das Ilhas de Cabo Verde era composta por um pequeno grupo “daqueles que estimavam Pusich como particular, mas aborreciam-no como governador”.⁵ Tratava-se, principalmente, de pessoas que gozaram certos privilégios durante o mandato de muitos anos do predecessor de Pusich, António Coutinho de Lencastre. Pusich obrigou-as, pura e simplesmente, a respeitar em rigor as leis vigentes, o que fez com que começassem a

⁵ Ibid, p. 40.



“aborrecê-lo como governador”. Devido às intrigas e calúnias incessantes junto da Corte, apenas dois anos após a chegada ao Arquipélago, Pusich viu-se forçado a pedir ao rei que o dispensasse do cargo de governador. Nem vários abaixo-assinados do povo em que se exigia que Pusich continuasse a governar as Ilhas de Cabo Verde conseguiram abalar a sua firme intenção de se demitir. Até após a sua saída do Arquipélago, Pusich continuou a ser reclamado pelos habitantes cabo-verdianos. Testemunha-aliás a própria Antónia Pusich: “O seu governo foi tal, que aqueles povos o intitularam pai, e enquanto ele viveu não cessaram de o reclamar, enviando súplicas e abaixo-assinados, a todos os governos que existiram desde que meu pai deixou de ser governador das ilhas, até que terminou a própria existência.”⁶ E esses governos eram realmente muitos porque, como é do conhecimento geral, entretanto rebentou a Revolução de 1820 que mais tarde se transformaria numa guerra civil sem precedentes. As consequências dessa revolução iam sentir-se muito em breve em todo o território de Cabo Verde. Os “revolucionários” cabo-verdianos aderentes às novas ideias “esquerdistas” eram principalmente aquelas pessoas que não conseguiram conciliar-se de maneira alguma com o facto de que o governador estrangeiro lhes impossibilitava constantemente um enriquecimento desonesto à custa do Estado. Depois de ter vindo a saber que entretanto fora desobrigado do seu encargo de governador, Pusich decidiu partir imediatamente para Lisboa com toda a sua família, tendo entrado no porto da capital a 21 de Setembro de 1821.

É só a partir de agora que o ex-governador cabo-verdiano enfrenta as verdadeiras adversidades, a maior das quais é, de certeza, a morte dos seus dois filhos: João António e Pedro António. Outra grande adversidade, não menos fatal, foram dois acontecimentos com consequências políticas a longo prazo em toda a história posterior de Portugal - a proclamação da independência do Brasil (a 7 de Setembro de 1822) e a morte súbita (nunca totalmente esclarecida) do rei D. João VI (a 10 de Março de 1826): “Meu pai desde então estava quase sempre melancólico e meditabundo. Ele não só perdera um rei, que tanto o distinguira e honrara; perdera um amigo, protector da sua família - o padrinho de seus filhos, que não o era só em nome, era-o também no amor. (...) No dia em que pela última vez meu pai foi beijar a mão do rei finado, voltando para casa foi encerrar-se

⁶ Ibid, p. 40.



no seu escritório, e ao entrar da porta exclamou. ‘Ah, meu rei, começam o teu descanso, e os nossos trabalhos! Pouco te sobreviveres.’”⁷ - escreve D. Antónia na *Biografia de António Pusich*.

Após este triste acontecimento, o velho Pusich já não participou mais na vida pública de Portugal, comparecendo na Corte só quando fosse oficialmente convidado para assistir a uma cerimónia ou sessão de uma comissão. Vivia retiradamente, dedicando-se principalmente à actividade científica. A 4 de Maio de 1835, faleceu a mulher de António, Ana Isabel Nunes, que iria ser descrita pela sua filha Antónia como uma pessoa gentil e vistosa, “dotada de um juízo superior e de todas as virtudes domésticas”, sendo, para além disso, “esposa fiel e mãe extremosa” que não se permitiu deslumbrar-se com riquezas, mas, mesmo assim, “sabia sustentar a sua dignidade de senhora briosa”, nunca se curvando perante os revezes e conservando “inabalável até ao último suspiro a sua admirável coragem, sua resignação cristã”.⁸ O próprio António Pusich morreu três anos mais tarde, a 6 de Fevereiro de 1838, em Lisboa. António Pusich teve seis filhos, educados de acordo com a máxima que ele, enquanto ragusino, aprendeu ainda na infância: *obliti privatorum publica curate!* Com esta máxima, que ainda hoje continua a ornar a antiga Câmara Municipal de Dubrovnik, deparamos também nos trabalhos científicos de Pusich.

Referindo-se a Pusich a título do investigador de Cabo Verde, é preciso mencionar o facto de essa pessoa extremamente ambiciosa ter tido bastantes adversários que acusavam maliciosamente o “gastarbeiter” ragusino de se ter posto a escrever as suas memórias (científicas) só para, mostrando o conhecimento excelente das circunstâncias reinantes no Arquipélago, ser nomeado seu governador.⁹ Mas mesmo eles iriam reconhecer, embora de má vontade, que os trabalhos de Pusich, dedicados ao clima, hidrografia, comércio ou economia cabo-verdiana provocaram uma reacção em cadeia junto de outros investigadores do Arquipélago (Lopes de Lima, José Conrado Carlos de Chelmicki, Francisco Adolfo de Varnhagen, Luís Travassos Valdez, por ex.), alguns dos quais “por acaso” se esqueceram de pôr aspas ao “citar” o governador-croata. É de

⁷ Ibid, págs. 56-57.

⁸ Ibid, p. 70.

⁹ Cf., por ex., a obra: Barcelos, Cristiano José de Sena: *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, parte III, Lisboa, Por ordem e na Tipografia da Academia, Lisboa, 1905, p. 231.

destacar que segundo os parâmetros de hoje, a maior parte do espólio de Pusich não poderia ser qualificado como trabalho científico.¹⁰ Assim, por exemplo, os factos históricos referidos por Pusich não são apoiados pelos documentos de arquivo (o autor não menciona fontes históricas), pelo que a verificação desses factos é praticamente impossível. Certas teses de Pusich, relativas às ciências naturais, hoje em dia também não passariam numa verificação científica mais rigorosa, mas no caso de o seu autor ser abordado como investigador e (porque não?!) cientista *na perspectiva daquele tempo*, então teremos de reconhecer que ele possuía pelo menos uma certa curiosidade investigadora, e, não raras vezes, também uma originalidade por excelência. As observações expostas por Pusich nos seus trabalhos científicos são extremamente interessantes uma vez que se trata do resultado do contacto pessoal do autor com a natureza, as pessoas e os acontecimentos. Assim Pusich pode concorrer em pé de igualdade a semelhantes observações de outros investigadores oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde, tal como de outras antigas “províncias ultramarinas”. Um tal dom excepcional de observação, Pusich transmitiu-o também à sua filha predilecta, Antónia.

Antónia Gertrudes Pusich nasceu a 1 de Outubro de 1805 na ilha cabo-verdiana de S. Nicolau, no tempo em que o seu pai António Pusich estava exercendo o cargo da intendente da marinha das Ilhas de Cabo Verde.¹¹ Foi baptizada na paróquia local de Nossa Senhora do Rosário. Em memória do nascimento da filha, no porto chamado Preguiça, Pusich mandou construir uma capela consagrada a S. António dos Navegantes.¹² Enquanto criança, era muito viva e, sobretudo, corajosa. Na *Biografia de António Pusich*, não fala muito de si, mas, mesmo assim, decidiu descrever um acontecimento bem significativo, relativo à sua primeira infância.¹³ Trata-se de um combate com os ingleses, comandado pelo seu pai: Quando

¹⁰ O mesmo, de resto, vale para o obra “científica” de outros investigadores de então das Ilhas de Cabo Verde ou de outras ex-colónias portuguesas (Chelmicki, Varnhagen, Lopes de Lima, etc.).

¹¹ O dado relativo ao nascimento de D. Antónia consta também do livro de Inocêncio Francisco da Silva: *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858 p. 77.

¹² Essa capela ainda existia nos anos setenta do séc. XIX, tomando conta dela a família Dias. (Cf. a *Biografia de António Pusich*, p. 27.)

¹³ Cf. a nota n.º 1, nas págs. 32 e 33.

uma vez a pequena Antónia viu o pai no campo de batalha, esgueirou-se de casa e correu para ele. Ele não se zangou com ela, mas entregou-a ao irmão Pedro António. Antónia ficou junto do pai até ao fim da batalha, tendo assim extasiado todos os oficiais da frota portuguesa. Um deles ofereceu-lhe mesmo alguns livros do fisionomista Lavater,¹⁴ que mais tarde seriam “gravemente” estudados por ela. Comentando esta cena da infância, Antónia Pusich, já envelhecida, iria acrescentar que decidiu interpô-la no livro para um eventual biógrafo seu saber a quem é que ela devia a sua tenacidade e persistência na luta com as várias adversidades da vida, bem como para ver em que medida a sua própria biografia estava ligada à biografia do seu pai. E foi precisamente ele que veio a ser o primeiro e melhor mestre da futura poetisa. O pai ensinou-lhe muito mais do que na época se esperava das raparigas casadoiras. Graças a ele dominava perfeitamente várias línguas estrangeiras (sobretudo francês, inglês e italiano), tendo também adquirido excelentes conhecimentos no domínio da Música, o que a ajudaria imenso na sua actividade subsequente de pianista e compositora. Desde pequena, Antónia estava consciente do facto de que era a filha predilecta do pai. A simpatia particular do pai, D. Antónia mereceu-a provavelmente devido à enorme discrição que desde sempre fazia parte do seu carácter insólito. Por isso, era à sua “filha predilecta” que Pusich entregava regularmente todos os papéis a copiar, sabendo que ela nunca quebraria o “voto” de silêncio. Como prémio, às vezes costumava revelar-lhe algum segredo de Estado que D. Antónia conservava devotadamente no seu coração.

Para D. Antónia (tal como, de resto, para toda a família Pusich), o período alegre e tranquilo de vida acabou com o regresso forçado para Portugal no ano de 1821. Agitações políticas e, mais tarde, a cruel guerra civil que se iria alastrar ao País inteiro marcariam para sempre a vida e obra de Antónia Pusich. Outro factor que influenciaria grandemente a trajectória de vida da futura escritora portuguesa foram os seus casamentos. Casou três vezes, e é precisamente desses casamentos que provêm os descendentes ainda vivos de António Pusich. D. Antónia casou pela primeira vez a 2 de Julho de 1822 (tendo menos de dezassete anos)

¹⁴ Johann Kaspar Lavater (1741-1801) era um poeta, psicólogo e teólogo suíço. Através da observação da fisionomia individual, pretendia chegar ao conhecimento da alma, partindo de uma relação íntima entre as duas.

com o desembargador João Cardoso de Almeida Amado Viana Coelho, ouvidor geral de Cabo Verde e, mais tarde, deputado parlamentar¹⁵, nascido no Brasil. Desse casamento provém um filho - João António Pusich de Almeida Amado, nascido a 16 de Fevereiro de 1825, que casou com D. Maria Benedita Viegas de Luna, originária de Elvas. O neto deles foi Humberto de Luna da Costa Freire e Oliveira (Lisboa, 1888 - id, 1952), oficial do exército e célebre escritor, poeta e dramaturgo. É curioso que, na sua *Biografia de António Pusich*, D. Antónia não mencione esse primeiro casamento embora mencione o nome do marido (mas apenas no contexto das agitações políticas nas Ilhas de Cabo Verde).

Casou pela segunda vez aos 22 anos (em 1827)¹⁶ com o tenente-coronel Francisco Henriques Teixeira, que seis anos mais tarde (em 1833) faleceu vítima de peste. Durante a guerra civil lutou do lado dos miguelistas. Foi comandante do Regimento 23, sendo no momento da morte ajudante de campo de D. Miguel. Aquando da revolta do Regimento 4 de infantaria, o segundo marido de D. Antónia salvou a vida a muitos soldados, intervindo junto de D. Miguel.¹⁷ Graças a ele, a filha de Pusich conseguiu, ela própria, salvar algumas vidas humanas e libertar alguns prisioneiros (D. Antónia não diz quem são eles, mas é de supor tratar-se dos liberais ou dos simpatizantes destes).¹⁸ D. Antónia e Francisco Henriques Teixeira tiveram um filho chamado Miguel, nascido em Peniche em 1832, cujo padrinho (por procuração) foi o próprio D. Miguel. No ano de 1844 Miguel inscreveu-se no Colégio Militar, frequentado também pelo primeiro filho de D. Antónia (João António Pusich de Almeida Amado). Mais tarde tornou-se funcionário público. Assinava-se sempre como Miguel Pusich Henriques Teixeira.

Após a morte do segundo marido, e em pleno curso de lutas fratricidas entre os partidários de D. Pedro e D. Miguel, D. Antónia ficou sem os grandes rendimentos que o falecido obtivera em prémio de relevantes serviços feitos ao País. Além disso, depois da pilhagem “sistemática” da casa paternal em Lisboa (no dia 24 de Julho de 1833), já não pôde

¹⁵ A partir de 1820.

¹⁶ Segundo o Prof. Arantes e Oliveira. A própria Antónia diz que foi em 1830. (Cf. a *Biografia de António Pusich*, p. 58).

¹⁷ Cf. a nota n.º 1, na p. 61 da *Biografia de António Pusich*.

¹⁸ Cf. a nota n.º 1, na p. 58 do livro citado.

contar sequer com um apreciável apoio financeiro da parte do pai. Por isso, “receosa de que o inocente filho sofresse pelos sentimentos do pai”, decidiu retirar-se temporariamente para Elvas, de onde um ano mais tarde, acabada a guerra civil, regressou a Lisboa acompanhada pela “sua adorada infanta”, amiga e patrocinadora D. Isabel Maria. É curioso que nos seus dias mais difíceis D. Antónia tivesse sido ajudada também pelo lado oposto - “inimigo”.¹⁹ Assim, por exemplo, no ano de 1835 foi recebida (juntamente com os dois filhos do primeiro e segundo casamentos, respectivamente) pela rainha D. Maria II.

Diferentemente do defunto Teixeira, o terceiro marido de D. Antónia, também viúvo - José Roberto Garcês de Mello Araújo Fernando de Almeida, portador do título honorífico de cavaleiro da Ordem Militar de Avis - lutara do lado “certo”, isto é, do lado dos vencedores. O casamento dos dois viúvos decorreu na igreja paroquial de S. Isabel em Lisboa, a 16 de Abril de 1836. Da *Biografia de António Pusich* pode-se discernir que Almeida teve um destino bastante insólito. Na sua juventude ele emigrara com os futuros duques de Saldanha e da Terceira, tornando-se mais tarde oficial do exército liberal. Em 1836 aderiu aos princípios setembristas, pertencendo, portanto, à ala esquerda dos liberais. Enquanto militar, sem esperar pela autorização para poder ir ao estrangeiro, “teve a inconsideração de sair de Portugal, confiando num indivíduo (era um conselheiro) que muito de propósito o iludira para o comprometer”, ficando assim na posse de todos os seus bens. Quando chegou a Livorno, foi preso sob a acusação de fazer parte de um grupo mandado a Itália para liquidar o ex-rei D. Miguel. Durante todo este tempo (cerca de dez meses) D. Antónia foi acompanhando o marido, lutando persistentemente pela sua libertação. Com esse intuito foi mesmo a Roma para se encontrar com o próprio D. Miguel. Após o casal ter finalmente voltado para Portugal, Almeida foi outra vez encarcerado por motivos políticos. Este período da vida, D. Antónia descreve-o assim: “Regressando nós a Portugal, suportou meu marido uma rigorosa prisão, e tudo quanto sofreram os naquele tempo chamados chamorros.²⁰ Mas eu padeci mais ainda, pois ele gemia numa prisão, e eu afrontava os mais duros trabalhos, a que

¹⁹ “Inimigo” na perspectiva do seu então já defunto marido miguelista.

²⁰ Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Círculo de Leitores, Lisboa, 2002), “chamorro” é a “designação dos partidários da carta constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro IV (1798-1834).

nem por sonhos imaginei pudesse resistir! Por sóis e chuvas, em longos caminhos, no rigor das estações, com os meus filhinhos, um nos braços, outros ao lado! pude salvá-lo, sendo eu a sua única advogada!!... único amparo dele e dos inocentes filhinhos!...”²¹ Na sua luta pela libertação do marido, D. Antónia foi também grandemente ajudada por muitas pessoas honradas pertencentes aos círculos do governo, incluindo o próprio rei D. Fernando (marido da rainha D. Maria II) e o marquês Sá da Bandeira “a quem a política não endureceu o nobre coração”. Foi precisamente ele que salvou Almeida das perseguições de vários adversários políticos (partidários da mesma corrente “liberal”!).²² Estes adversários até tentaram fazer dele “uma espingarda” contra a sua própria mulher, D. Antónia, mas “ainda como sempre se enganaram” - salienta a autora da *Biografia de António Pusich*.²³ É de mencionar que em 1846 Almeida foi mais uma vez salvo por D. Antónia cuja personalidade ficou para sempre marcada pela horrível guerra fratricida. Por isso não é de admirar que ela termine a descrição das suas acções de salvamento com uma exclamação bem sincera e significativa: “Deus nos livre das guerras civis, que são a ruína das nações.”²⁴

D. Antónia morreu aos 78 anos, a 5 de Outubro de 1883. Todos os jornais portugueses da época deram informação sobre a morte dessa personalidade verdadeiramente excepcional, de largos interesses e de uma enorme energia vital e criativa - personalidade essa que nunca desistia da concretização das suas ideias e projectos uma vez traçados. Por isso é realmente uma grande pena que logo após a morte tenha caído no esquecimento do qual não conseguiram sequer tirá-la nem vários artigos ocasionais que de vez em quando apareciam na imprensa portuguesa do séc. XX. Como ilustração, citaremos apenas um artigo que (tal como, de resto, a maioria dos outros) trata D. Antónia antes de mais como grande lutadora pela emancipação feminina. O artigo foi publicado na revista “A Rua”, de 16 de Março de 1978.

²¹ Cf. a *Biografia de António Pusich*, págs. 72-73.

²² Cf. págs. 73-74 da referida *Biografia*.

²³ Cf. a nota n.º 1 na p. 75 da *Biografia*.

²⁴ Cf. a *Biografia*, p. 74.

NO “DIA INTERNACIONAL DA MULHER” ESQUECIDA ANTÓNIA PUSICH

Se as comemorações portuguesas do Dia Internacional da Mulher, celebrado há precisamente uma semana, tivessem tido um pouco mais de seriedade e um pouco menos de demagogia de directa inspiração comunista, talvez se houvessem recordado alguns nomes bastante significativos da emancipação feminina no nosso País.

Ora se havia campo profissional onde se deveria ter ido procurar uma precursora da emancipação feminina em Portugal, esse era o do jornalismo. Mas alguém saberá que o jornalismo feminino em Portugal é velho de mais de um século?

Na verdade, quem passa hoje pela Calçada da Estrela certamente não sabe que ali viveu, no começo do oitocentismo, a primeira jornalista portuguesa; os raros viandantes que tocam no Porto Preguiça da cabo-verdiana ilha de S. Nicolau de todo em todo ignoram que a capela de Nossa Senhora dos Navegantes²⁵ foi ali erguida em acção de graças pelo nascimento dessa mesma jornalista; e o lisboeta que anda apressado pela estreita balbúrdia da Rua de S. Bento não tem por certo tempo de atentar em um prédio onde uma lápida atesta que ali faleceu, em 1883, com 78 anos de idade, aquela Antónia Pusich, que serve também de madrinha a uma das insípidas ruas do Bairro de Alvalade.

Bem merece, no entanto, ser recordada essa Mulher, duplamente notável pelo brilho da sua cultura e pelo emocionante e nobre folhetim da sua vida, mas não é fácil tal tarefa, quando se trata de uma breve crónica e não de um romance ou de um filme - o romance ou o filme a que Antónia Pusich tem incontestável direito. A infância e a adolescência passou-as na ilha crioula que lhe foi berço e onde seu pai - neto do Príncipe de Ragusa,²⁶ naturalizado português, almirante da Armada e familiar dos Paços de Queluz - realizava uma exemplar obra de administração ultramarina, cuidando ao mesmo tempo de promover a plantação do café, do algodão e do tabaco e de dar caça aos corsários, nos mares do arquipélago. Foi assim a sua vida, até que o casamento com o desembargador Viana Coelho, deputado às Cortes de 1820, a trouxe para a Lisboa agitada e revoltada do Vintismo, onde teve, entre as melhores amigas, a própria Infanta D. Isabel Maria; viúva, casou

²⁵ Trata-se de um erro jornalístico. Deveria ser: “Santo António dos Navegantes”.

²⁶ Mais um erro jornalístico.

com um dos ajudantes de D. Miguel I - Francisco Teixeira; foi testemunha e quase protagonista da guerra civil, finda a qual viu desmoronar-se um mundo feliz, herdado dos seus tempos de menina. De novo viúva, mãe de dois filhos, com o pai perseguido e ela própria politicamente suspeita, Antónia Pusich tomou uma resolução extraordinária para uma senhora do seu tempo: - escrever, para viver.

Anos melhores viriam mais tarde, depois do seu terceiro casamento com António de Melo, embora bem diferentes das tranquilas merendas no Paço de Queluz. Até ao fim da sua vida, porém, Pusich não interromperia o seu labor de intelectual activa, impondo-se no conceito da exigente sociedade literária dos reinados de D. Pedro V e de D. Luís - uma sociedade onde os valores mais altos se chamavam, por exemplo, Garrett, Castilho ou Herculano.

Envelheceram os seus poemas, incapazes de sobreviver à era romântica que os inspirou: esqueceram-se, há muitas décadas, as suas composições musicais, e os seus concertos de piano; ninguém queria agora levar à cena, como Garrett o fez, o seu drama 'Constança'. Nos arquivos de quase todos os jornais da época - onde os houver - poder-se-á no entanto ler com frequência o seu nome e apreciar uma capacidade descritiva, uma sagacidade crítica e um vigor polemístico que podem servir de modelo às novas gerações, embora, sem dúvida, de modelo vestido com as últimas 'saias de balão' ou com as primerias 'tournures'. E é isto, precisamente, que confere um especial interesse à personalidade da autora dessa reportagem quase desconhecida que é A Galeria dos Senhores Deputados:²⁷ ao contrário da sua contemporânea Georges Sand, não precisou Antónia Pusich, para ser uma verdadeira intelectual, para ser mesmo a primeira jornalista portuguesa, de vestir calças, de escandalizar a sociedade, de renegar a família, de esquecer a sua nobilíssima condição de Mulher.

Quanto mais não fosse, valeria a pena só por isso recordar o seu nome, apontar o seu exemplo, evocar a sua obra. E tomá-la como padrão e estímulo necessário para o jornalismo feminino no nosso País.

Talvez por isso mesmo é que ninguém se lembrou nem se quis lembrar de Antónia Pusich no "Dia Internacional da Mulher". Pudera! Uma reaccionária...

A. CUNHA RAPOSO

²⁷ Provavelmente a reportagem mais conhecida de Antónia Pusich.

Se lermos com atenção a citação prévia, relativa a Antónia Gertrudes Pusich, notamos que nela se destaca particularmente a tão mencionada dimensão *plurifacetada* da sua vida e obra. D. Antónia une em si as qualidades de um escritor (ou seja, poeta), com as do dramaturgo, músico (pianista e compositor), crítico (literário, de teatro, de música, de arte), jornalista e chefe de redacção, pedagogo, político, teólogo, antropólogo, etnólogo, assistente social, lutador pelos direitos das mulheres, etc. etc., entregando-se a cada um destes “papéis” com uma paixão mesmo incrível. Parece ter tido um forte mecanismo de autocontrolo que fazia com que o “cosmos” criativo dentro da sua cabeça não se transformasse logo num “caos” destrutivo. Claro que o estatuto de escritora profissional (hoje provavelmente diríamos: “empresária em nome individual” no domínio da Literatura e Arte em geral) que D. Antónia acabou por ganhar depois de tanta luta (mantendo-se, como tal, por muito tempo a única representante do sexo feminino na sociedade patriarcal portuguesa de então) teve necessariamente de influenciar toda a sua obra. Muitas vezes os critérios estéticos foram sacrificados à banalidade de sobrevivência (daí, por exemplo, uma série de poemas ocasionais da autoria de D. Antónia). Mas apesar disso, podemos verificar que dentro da sua criação literária há obras de um verdadeiro valor artístico. Além disso, é de salientar que Antónia Pusich aproveitou a sua vasta erudição não para uma promoção pessoal, mas sim para o progresso da sociedade em que viveu, como, de resto, consta de todos os seus escritos (literários ou políticos), incluindo os primeiros, que a partir de 1841 foram sendo publicados em vários jornais e revistas portuguesas, bem como de numerosas conferências e outras intervenções públicas (antes de mais de carácter político). Não raras vezes, D. Antónia aparecia em público juntamente com alguns dos mais notáveis literatos ou políticos portugueses da época. Entre os literatos privava mais com António Feliciano de Castilho (sendo também amiga de Almeida Garrett ou de Alexandre Herculano), e entre os políticos com Fontes Pereira de Melo, pelo qual era grandemente estimada. Na fachada do prédio em que faleceu (na rua lisboeta de S. Bento, perto do edifício da Assembleia Nacional), a Câmara Municipal mandou pôr uma lápide com a seguinte inscrição: “Nesta casa faleceu a ilustre escritora e poetisa D. Antónia Pusich que muito honrou a pátria com o seu talento.” No ano de 1960, deram-lhe também o nome de uma rua no bairro de Alvalade (não longe da Biblioteca Nacional de Lisboa). Mencione-se também que as ruas com o nome de D. Antónia existem também em Almada e no Seixal. Esse

nome também é registado por algumas das mais importantes enciclopédias lusófonas, mas tudo isso é muito pouco para a mulher que, tanto pela vida como pela obra, mereceu um monumento mais perene do que a lápide já desbotada da fachada do edifício onde morreu. Por enquanto, o único monumento desses encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa onde se conserva a maior parte do espólio literário de Antónia Pusich. O seu espólio musical (composições para piano e breves composições para orquestra, executadas na Academia Filarmónica nos anos de 1847 e 1848) parecem ter desaparecido no remoinho do tempo.

As obras de Antónia Gertrudes Pusich depositadas na Biblioteca Nacional de Lisboa são as seguintes:

1. *O sonho, os gemidos, e os rogos da classe inactiva que recebem a par dos efectivos dedicados ao governo de Sua Majestade Fidelíssima em nome da mesma classe por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Tipografia Lusitana, Rua do Abarracamento de Peniche, n.º 43, Lisboa, 1844
2. *Preces ou cântico devoto aos fiéis portugueses por D. Antónia Gertrudes Pusich*, na Tipografia de G. M. Martins, Rua dos Capelistas n.º 62, Lisboa, 1848
3. *Olinda ou a Abadia de Cumnor-Place. Poema original em 5 cantos por D. Antónia Gertrudes Pusich*, na Tipografia de G. M. Martins, Rua dos Capelistas n.º 62, Lisboa, 1848
4. *À Sua Majestade El-Rei Fidelíssimo o Senhor D. Fernando II. no seu faustíssimo dia natalício no ano de 1848*, Tipografia, G. M. Martins, Lisboa, 1848
5. *Preces ou cântico devoto dedicado aos fiéis portugueses por D. Antónia Gertrudes Pusich*, na Tipografia de G. M. Martins, Rua dos Capelistas, n.º 62, Lisboa, 1848
6. *Galeria das Senhoras na Câmara dos Senhores Deputados ou as minhas observações por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Tipografia de Borges, Rua da Oliveira (ao Carmo) n.º 65, Lisboa, 1848
7. *Cântico devoto em honra e memória das dores de Maria Santíssima, e da sagrada paixão e morte de Jesus Cristo, Nosso Deus e Redentor*, Tipografia de Joaquim Manuel Eusébio, Portas de Santo Antão, n.º 9, Lisboa, 1857
8. *Homenagem a Sua Majestade a Rainha de Portugal Dona Estefânia*, Tipografia J. B. Morando, Lisboa, 1858

9. *Lamentos à saudosa memória da Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Henriqueta do Casal Ribeiro por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Imprensa Silviana, Lisboa, 1859
10. *Saudade à memória da virtuosa rainha de Portugal, à Senhora D. Estefânia, falecida em 17 de Julho de 1859, dedicada a seu augusto e saudoso consorte, El-Rei o Senhor D. Pedro V*, Tipografia do Futuro, Lisboa, 1859
11. *Parabéns a Sua Majestade o Senhor D. Fernando II em memória do consórcio da sua filha a Senhora Infanta de Portugal-Princesa de Saxónia D. Maria Ana e do nascimento da primeira Neta do Mesmo Augusto Senhor por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Lisboa, 1860²⁸
12. *Canto saudoso ou lamentos na solidão à memória do virtuoso Monarcha o Senhor Dom Pedro Quinto por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Tipografia do Futuro, Rua da Cruz de Pau, n.º 35, Lisboa, 1861
13. *Biografia de António Pusich. Contendo 18 documentos de relevantes serviços prestados a Portugal por este ilustre varão. Resumo da história da República de Ragusa e sua antiga literatura por D. Antónia Pusich*, Lallemand Frères Typ., R. do Tesouro Velho, 6, Lisboa, 1872
14. *Breves considerações acerca dos mapas organizados pelo benemérito Presidente da Relação de Lisboa sobre a Estatística criminal e inventários orfanológicos na área da sua jurisdição por D. Antónia Pusich*, Tipografia do jornal - o País, Largo do Carmo, 15, Lisboa, 1874
15. *Homenagem a Luís de Camões*, Tipografia Coelho & Irmão = Rua de S. Bento, 127 - 129, Lisboa, 1880
16. *Memória ao benemérito Duque de Avila e de Bolama falecido em 4 de Maio de 1881 por D. Antónia Pusich*, Tipografia do Diário de Lisboa, Rua do Arco a Jesus, 19, Lisboa, 1881
17. "Assembleia Literária" (jornal de instrução), Lisboa, [1849?]-1851 (proprietária e redactora: Antónia Pusich)
18. "Beneficência" (jornal dedicado à Associação consoladora dos aflitos), Lisboa, 1852-1855 (proprietária e redactora: Antónia Pusich)
19. "A cruzada" (jornal religioso e literário), Lisboa, 1858 (proprietária e redactora: Antónia Pusich)

Para além das obras supracitadas, a Biblioteca Nacional de Lisboa possui também uma série de outros livros, isto é, miscelâneas, jornais

²⁸ O editor não consta do livro.

e revistas que contêm grande parte da poesia (e, em menor medida, da prosa) de D. Antónia. São elas:

1. *Colecção de poesias oferecidas aos assinantes da Revista Popular*, na Imprensa Nacional, Lisboa, 1849.²⁹
2. *Miscelânea poética* (jornal de poesias publicadas desde Julho de 1851 a Agosto de 1852), 2.^a colecção, na loja de F. G. da Fonseca, livreiro e editor, Porto, 1852.³⁰
3. *Os Fastos de Públio Ovídio Nasão com tradução em verso português seguidos de copiosas anotações por quase todos os escritores portugueses contemporâneos*, tomo III, Lisboa, Por ordem e na imprensa da Academia Real das Ciências, MDCCCLXII.³¹
4. “Cardoso, Nuno Catarino: *Poetisas Portuguesas*, edição e propriedade do autor, Lisboa, 1917.³²
5. “O Correio das Damas”, n.º 47, Lisboa, 25 de Outubro de 1843.³³
6. “Revista Universal Lisbonense”, jornal dos interesses físicos, morais e literários, colaborado por muitos sábios e literatos e redigido por António Feliciano de Castilho, tomo IV, ano de 1844-1845, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, Rua dos Fanqueiros, n.º 82, Lisboa, 1845. (Junho-19-1845.)³⁴
7. “A Grinalda”, redactores: Nogueira Lima - J. M. B. Carneiro, na Tipografia de Sebastião José Pereira, Praça de S. Teresa, n.º 28, Porto, 1855.³⁵
8. “O Bardo” (jornal de poesias inéditas), redactores: A. P. C. - F. X. de Novais, nova edição, editor: Francisco Gomes da Fonseca, Porto, 1857.³⁶

²⁹ Contém o poema “Quadro de amor e ventura...”, págs. 46-48.

³⁰ Contém o poema “À Santíssima Virgem Mãe de Deus”, p. 200.

³¹ Contém o poema “Hércules Musagete” e o comentário do verso 12 da obra *Os Fastos de Públio Ovídio Nasão*, págs. 571-574.

³² Contém o poema “Madeira”, págs. 243-245.

³³ Contém o soneto “Da Fama, que na Esfera ilustre gira...”, p. 173.

³⁴ Contém o poema “A Torre do Fato”, págs. 577-578.

³⁵ Contém o poema “Ao Ex.^{mo} Snr. António Pusich”, págs. 97-99.

³⁶ O primeiro volume contém os poemas: “Um Artista Português”, (págs. 145-147), “A uma extrema e inconsolável viúva” (págs. 209-211), “Mocho” (págs. 225-227), “À insigne cantora M.^{me} Castellani, na noite do seu benefício em Lisboa” (p. 241) e “O Veterano Português” (págs.

9. "Ilustração Popular", n.º 32, ano: 1866.³⁷
10. "Ilustração Popular", n.º 21, vol. 2.º, ano: 1867.³⁸

Claro que o número de revistas e jornais que contêm os textos literários de Antónia Pusich é muito maior. Por isso, seria preciso folhear todos os periódicos portugueses entre 1841 (ano em que começou a sua colaboração literária na imprensa lusa) e 1883 (ano da morte de D. Antónia). Isso requereria muito tempo e dedicação, mas valeria certamente a pena, uma vez que nesse caso teríamos uma visão completa da criação literária desta autora de origem croata.

A maior parte dessa criação está dispersa por três revistas já citadas, dirigidas pela própria Antónia Pusich, mas disso falaremos mais amplamente no capítulo dedicado à sua actividade jornalística. Aqui resta-nos ainda referir aquelas obras de D. Antónia que não existem nas bibliotecas lisboetas, mas que constam de várias fontes: Ei-las:

Elegia à Morte das Infelizes Vítimas Assassinadas por Francisco de Matos Lobo na Noite de 25 de Julho de 1841, Lisboa, 1841 - a mais antiga obra impressa da literatura cabo-veridana e luso-africana em geral (sic!)³⁹

- Júlia* - drama
- A Conquista de Tunes* - drama
- Espargo no Monte* - comédia
- Ashaverus* - drama
- O Regedor de Paróquia* - comédia

Como consta da lista supracitada, cinco das seis obras são peças de teatro. No caso de algumas é mesmo conhecido o teatro em que foram representadas,⁴⁰ mas mais tarde, predeu-se-lhes o rasto.

273-277). O segundo volume contém os poemas: "Mistérios da Poesia" (págs. 33-36) e "Voz da amizade" (págs. 180-182).

³⁷ Contém o poema "A Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Fernando e Seus Augustos Filhos em saudosa memória de Sua Majestade Rainha a Senhora D. Maria Segunda", p. 3.

³⁸ Contém o poema "À saudosa memória do Senhor D. Miguel de Bragança", págs. 81-82.

³⁹ Cf., por ex., o livro de Manuel Ferreira: *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, vol. I, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1977, p. 9.

⁴⁰ Assim, por ex., *O Regedor de Paróquia* foi representado no Teatro da Rua dos Condes em Lisboa.

Por fim, devo mencionar que, na colecção familiar de vários objectos relativos à sua tetravó, Antónia Gertrudes Pusich, o Sr. Vasco Lobo Gaspar possui também a obra intitulada *Saudação à Sua Majestade o Rei de Itália Humberto Primeiro dedicada à Sua Majestade a Rainha de Portugal Senhora D. Maria Pia Sua Augusta Irmã por D. Antónia Pusich*, s. l., s. a., que não encontrei na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Neste contexto, a nós interessa-nos mais a obra literária de Antónia Pusich - obra essa marcada principalmente por uma compreensão particular da “missão do escritor público”: “A missão do escritor público é a mais sagrada e gloriosa, mas também a mais arriscada, se ele a compreende em toda a sua extensão! Moralizar e ilustrar os povos, purificar a sociedade dos erros que a danam, desterrar os abusos patenteando-os com provas autênticas: defender o fraco e o inocente contra as opressões do forte e do perverso; exaltar a virtude, deprimir o vício; e finalmente desligar-se de todas as terrenas considerações para conservar ileso o seu nome, livre e independente a sua pena; ensurdecer às vozes do interesse, e até mesmo às do coração... é sem dúvida tremendo encargo!... É por certo mui espinhosa e cercada de abismos a vereda, que nos pode conduzir à gloriosa imortalidade! E diremos que em nossa terra o escritor público tem de lutar com mais dificuldades do que noutros países onde o progresso da civilização oferece às letras mais protecção e mais garantias!... Os homens os mais ilustrados e animosos têm experimentado esta verdade; e quantos têm sucumbido aos manejos vis da intriga, ao ódio e à perseguição daqueles cujos defeitos foi mister combater!... O escritor público imparcial não adquire fortuna, antes a perde, e os desgostos são infalíveis! Se os homens precisam ter um escudo de diamante, um braço vigoroso, um ânimo superior e inabalável; como poderá uma Senhora triunfar em lide tão afanosa?!... E todavia é mister não vacilar!... Começada que seja a empresa devemos levá-la ao fim sem desaire! Faltar-nos-hão as forças físicas, talvez, mas o valor e a razão sobram-nos; e se em meio da luta se esvaecer a vida, resta-nos a consciência das acções, e a verdadeira glória é tudo para nós!”⁴¹

Como se pode concluir com base no texto supracitado, D. Antónia pugnava claramente pela literatura comprometida. De resto, isso foi explicitamente confirmado num artigo seu, onde afirmava que despendia

⁴¹ “A Assembleia Literária”, n.º 34, de 29 de Junho de 1850, p. 17.

com a publicação das suas obras “que não têm o belo da arte, mas têm o útil da moral”.⁴² Esta dimensão “utilitária”, encontramos-na não só nos textos de prosa ou de teatro, como também na poesia de Antónia Pusich, que quase completamente encaixa na poética do Romantismo português. Como é do conhecimento geral, todos os movimentos românticos das respectivas literaturas nacionais têm um cunho nacional(ista) por excelência. Nesse sentido, o Romantismo *português* não é uma excepção. Muito pelo contrário! Dificilmente encontraríamos um romântico luso que não estivesse envolvido (quer directa quer indirectamente) na violenta guerra civil. Foi precisamente em vésperas dessa guerra que saiu o poema *Camões* (Paris, 1825), com o qual se iniciou o Romantismo português que duraria “oficialmente” até 1871 - ano em que na cena literária e política nacional entrou a Geração de 70. Os românticos portugueses da chamada primeira geração estavam ainda estreitamente ligados aos seus “mestres” árcades e iluministas, aceitando deles ideias liberais que mais tarde incorporariam na sua própria obra. Mas para além desta influência dos escritores nacionais, na criação literária dos primeiros românticos lusos (incluindo os dois emigrantes políticos - Almeida Garrett e Alexandre Herculano) nota-se também uma forte influência dos autores estrangeiros da época, sobretudo ingleses e franceses (Walter Scott e Victor Hugo, por ex.), graças aos quais o romance e o drama histórico iam tornar-se muito populares no meio português. A estes dois géneros literários é preciso juntar-lhes também numerosos escritos historiográficos que marcaram grandemente o Romantismo luso, mormente no que diz respeito a uma “purgação” radical da história nacional portuguesa, que finalmente começou a libertar-se de variadíssimos mitos e lendas acumulados nela no decorrer dos séculos. Antónia Pusich encaixa, portanto, tanto temporal como “ideologicamente” nas coordenadas do Romantismo luso - coordenadas essas a que sobreviveu física,⁴³ mas não “mentalmente”. Também a sua criação foi marcada por um patriotismo (os esquerdistas de hoje diriam de certeza “nacionalismo”!) quase sem precedentes. Também ela (vimo-lo no capítulo anterior) participou nos combates políticos travados em Portugal nas décadas de vinte e trinta do séc. XIX. Para além

⁴² Cf. o artigo com o título “Instrução pública”, publicado na revista “A Beneficência” (2.ª série), n.º 15, de 15 de Julho de 1854, p. 2.

⁴³ Como já foi dito, D. Antónia faleceu em 1883, e o Romantismo português “oficialmente” acabou no início dos anos 70 do séc. XIX.

dos arcades nacionais, a ela também, serviram-lhe de modelos certos românticos estrangeiros, principalmente Walter Scott. Mas diferentemente da maioria dos seus colegas, românticos portugueses (sobretudo dos da primeira geração, à qual também pertenciam Garrett e Herculano⁴⁴), D. Antónia recusava perseverantemente qualquer “coquetaria” com ideias liberais, “progressistas”, “revolucionárias”, (no nosso tempo dir-se-ia “esquerdistas”). Nesse sentido, também recusava “a revisão científica da história nacional portuguesa” (de que falaremos no capítulo dedicado à sua actividade jornalística). Em todo o caso, tendo em consideração a “mundividência” de Antónia Pusich, poder-se-ia dizer que ela está mais próxima do Barroco (português) do que do Romantismo ou do Iluminismo.

Quanto aos elementos *poéticos* propriamente ditos, e levando em conta as melhores obras literárias de D. Antónia, é preciso destacar que ela é, sem dúvida, um autor *romântico* por excelência, uma vez que na sua criação deparamos com um mundo fantástico, aventureiro, maravilhoso e misterioso. A paisagem descrita por ela torna-se um factor importante do estilo, estando sujeita à expressão da vivência sentimental da poetisa. Os elementos autobiográficos também estão quase omnipresentes na obra poética de Antónia Pusich.⁴⁵ Para além disso, essa obra é caracterizada por uma musicalidade extrema dos versos, não só metafórica (uso frequente de assonâncias e aliteraões, muitas repetições, etc.), como também literalmente (muitos versos foram musicados pela autora!). Na criação de D. Antónia, a poética do Romantismo também está presente através de numerosas e expressivas metáforas (sobretudo aquelas ligadas à noção da luz), tal como através da “técnica preto e branco” na descrição das personagens (na épica e no romance) e, sobretudo, através do “culto” do romance gótico que iria culminar na obra literária mais conhecida da autora - *Olinda ou a Abadia de Cumnor-Place*. Segundo a opinião de Maria Leonor Calixto, expressa na sua obra *A Literatura “negra” ou “de terror” em Portugal nos séculos XVIII e XIX* (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1955), entre muitos romances portugueses em verso, escritos durante o Romantismo, só um pode ser considerado como verdadeiro romance gótico português - *Olinda ou a Abadia de Cumnor-*

⁴⁴ Almeida Garrett nasceu em 1799, e Alexandre Herculano em 1810. Antónia Pusich é, portanto, seis anos mais nova do que Garrett, e quatro anos mais velha do que Herculano.

⁴⁵ Sendo isso uma das características principais da poética do Romantismo.

Place, da autoria de Antónia Gertrudes Pusich.⁴⁶ A sua origem, *Olinda ou a Abadia de Cumnor-Place* deve-a ao facto de D. Antónia ter lido o romance de Walter Scott *Kenilworth* traduzido para português por A. J. Ramalho e Sousa. A “epopeia lírica”⁴⁷ de Antónia Pusich é composta de cinco cantos dentro dos quais a autora descreve (através de um discurso tipicamente romântico) o amor e a morte dos protagonistas principais - Eduardo e Olinda, com muitos enlances e desenlances, traições, castelos, ruínas, subterrâneos, narcóticos, salteadores, fugas acidentadas, tempestades e outros “ingredientes” típicos dos romances góticos de terror. Para além dos dois arquétipos de todos os tempos, povos e civilizações: *eros* e *thanatos*, amor e morte, aqui também aparece o terceiro - o arquétipo do terror. Aparece, porém, em forma de um espectro que não tem “cobertura” adequada na acção da “epopeia” por não estar ligado à(s) família(s) dos protagonistas centrais, ou aos lugares em que estes se encontram, nem se relaciona de maneira alguma com a própria fábula. Por isso, Maria Leonor Calixto nota com razão que esse pormenor apenas de técnica, mas verdadeiramente fundamental, influencia negativamente a estrutura da obra propriamente dita, uma vez que “nele falham a continuidade da acção e os cânones do género”.⁴⁸ Numa história bem aventureira sobre a busca de uma perdida identidade de amor, D. Antónia interpõe (nem sempre discretamente) uma série de comentários autorais (principalmente de carácter moralista). Claro que esses comentários podem incomodar o leitor de hoje, mas no caso de não serem lidos na perspectiva da “compreensão do mundo” da própria autora, segundo a qual uma obra literária vale mais como meio para concretizar alguns objectivos “maiores”, extraliterários, do que como um puro artefacto. Para evitar a impressão de “pregar sermões”, o que poderia ser mesmo contraproducente, a autora muitas vezes faz com que tais comentários moralistas sejam postos na boca das respectivas personagens do romance. Desse modo as intervenções do narrador passam automaticamente a ser menos evidentes. Para além desses comentários, a atenção do leitor é atraída também por muitos elementos autobiográficos dispersos pelo poema gótico (culto das Sete Dores de Nossa Senhora, por ex.⁴⁹), tal como por descrições bem cinzeladas

⁴⁶ Cf. a obra citada, p. 108.

⁴⁷ Por muito paradoxal que pareça, este sintagma não é *contradictio in adiecto*!

⁴⁸ Cf. Calixto, Maria Leonor: *A Literatura “Negra” ou “de Terror” em Portugal nos Séculos XVIII e XIX*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1955, p. 109.

⁴⁹ Cf. págs. 68 e 70 da obra mencionada.

do interior e exterior, influenciadas provavelmente pelo jovem Alexandre Herculano.⁵⁰ A poética romântica de *Olinda* manifesta-se também através de um amor extraordinário pela música, visível sobretudo em dezassete estrofes do segundo canto⁵¹ e em seis estrofes do quarto,⁵² musicadas pela própria autora. No primeiro caso trata-se de um monólogo do Espectro, e no segundo do salmo cantado pela heroína principal - Olinda. Deve-se pôr em relevo que o poema (romance) inteiro é composto de verso branco, com a excepção das referidas estrofes em que a autora recorre à rima por motivos eufónicos.

Outra obra poética de D. Antónia, não menos conhecida, é o poema intitulado *A Torre do Fato*,⁵³ inspirado por uma lenda sobre o palácio homónimo, situado em Benfica, no qual de vez em quando residiam os membros da família Pusich. Esse palácio dos Pusich estava ligado a uma história popular relativa ao sobrinho do rei D. Sancho, Jorge, e à mulher deste, Maria. Segundo esta lenda, Jorge, que acabara de casar com Maria, teve de partir para uma campanha militar em África, entregando, por isso, a sua mulher às mãos de D. Sancho. Pouco tempo depois, veio a saber que ela fugira para França em companhia de um amante. Mais tarde verificou-se, porém, que tudo isso fora inventado pelo rei, estando Maria internada e enfeitiçada (sic!) na referida torre dos arredores idílicos de Lisboa. Na noite mágica de S. João, ali foi encontrada pelo seu Jorge, tendo a partir daí começado o “idílio eterno” do jovem casal... A criação popular, folclórica, impregnara toda a literatura “canónica” da época do Romantismo. A essa tendência, nem Portugal escapou, tendo para isso grandemente contribuído o *Romanceiro* de Almeida Garrett, em que este trabalhara durante quase três décadas, coleccionando rimances populares portugueses. Grande contribuição para a divulgação e “exploração” sistemática de várias lendas populares, deu-a também Garrett com o seu poema tipicamente romântico *Dona Branca* (1824) em que tentou apresentar, de uma maneira extremamente poética, a história de uma infanta portuguesa raptada pelo último rei mouro de Silves. Nesse poema,

⁵⁰ Cf., por ex., a descrição dos salões e outras divisões do castelo do conde Ernesto na p. 82 da obra citada.

⁵¹ Págs. 35-37 da referida obra.

⁵² Págs. 70-71 da obra mencionada.

⁵³ Publicado na “Revista Universal Lisbonense”, tomo IV, ano de 1844-1845, n.º 82, Lisboa, 1845, págs. 577-578.

o autor introduziu “vários ingredientes típicos: o exótico oriental; o maravilhoso folclórico português das fadas, mouras encantadas, magia da noite de S. João, etc.; a tradição da feitiçaria medieval, representada por S. Frei Gil, espécie de Fausto português; a intervenção de cadáveres e esqueletos, segundo o gosto de Buerger, Schiller e outros...”⁵⁴ Foi com esses “ingredientes típicos” que o corifeu do Romantismo luso, mesmo sem querer, formou o gosto poético de vários compatriotas seus que se estreadam literariamente nos anos trinta e quarenta do séc. XIX, incluindo, entende-se, a própria Antónia Pusich. Não admira, portanto, que D. Antónia tenha pegado na antiquíssima lenda popular sobre a Torre do Fato com base na qual iria criar o seu célebre poema primeiramente publicado nas suas próprias revistas e mais tarde noutros periódicos literários portugueses. É de destacar que a publicação do poema nestes outros periódicos foi concretizada a pedido dos respectivos chefes de redacção, o que é mais uma prova da grande popularidade de que o referido poema gozava entre os leitores oitocentistas portugueses.⁵⁵

Muito mais frequentes do que os poemas inspirados por várias lendas e “superstições” são aquelas composições poéticas de D. Antónia em que se comemora um aniversário (nascimento, casamento, morte), se exprime gratidão por um favor feito, se expressa admiração pela vida virtuosa ou por um talento inusitado... De regra, tais poemas, *ocasionais* por excelência, não têm valor artístico (o que não quer dizer que não haja excepções!). O seu valor é exclusivamente “prático”, enquanto eles próprios, é preciso salientá-lo, parecem ser extremamente arcaicos em relação à época em que foram escritos, fazendo grandemente lembrar a ocasionalidade barroca seiscentista, ou a “lírica ocasional” (se este sintagma não é exemplo de oxímoro!?) do poeta setecentista português Nicolau Tolentino de Almeida (1740-1811), cuja obra poética é basicamente composta por vários pedidos em verso ou por poemas consagrados aos protectores e patrocinadores do autor. Mas entre Nicolau Tolentino e Antónia Pusich existe também uma notável diferença. Esta consiste no facto de Tolentino ter incessantemente tido que recorrer à autocensura (visto que a sua existência dependia

⁵⁴ Cf. Saraiva, António Jose; Lopes, Óscar: *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 171996, p. 685.

⁵⁵ Sobre o poema mencionado cf. também o livro de Maria Leonor de Sousa: *A Literatura “Negra” ou “de Terror” em Portugal (séculos XVIII e XIX)*, Editorial Novaera, Lisboa, 1978, p. 214.

directamente de vários mecenas ricos), enquanto que D. Antónia, optando antes por uma vida mais modesta, se podia dar a luxo de criticar “sem dó nem piedade” tudo e todos, orgulhosa de “não ter papas na língua”. Mas também no caso da poetisa de origem croata houve uma excepção: a corte régia portuguesa. D. Antónia não era cobarde de certeza absoluta. Provou-o muitas vezes durante os 78 anos de vida. Porém, a sua educação e compreensão do rei como uma espécie de “ungido do Senhor”, tal como o facto de a sua família ter desde sempre estado ligada à casa real portuguesa de Bragança (especialmente ao rei D. João VI e à sua mulher, D. Carlota Joaquina⁵⁶), não lhe permitiam que se relacionasse com a Corte como se teria relacionado se não tivessem existido todos os factores enumerados. Daí é que provém um “servilismo” quase barroco perante o monarca e a sua família - “servilismo” esse que tem de ser contemplado no contexto da vivência pessoal da instituição do rei (e reinado em geral) por parte de D. Antónia. Tendo, portanto, em consideração a relação supradita da autora para com a Corte, os poemas ocasionais de Antónia Pusich podem ser divididos em dois grupos. O primeiro abrange poemas consagrados à família real e o outro os dedicados a vários amigos e pessoas ilustres. O mais conhecido entre estes últimos poemas é uma breve “epopeia lírica” dedicada ao “excelso Camões”. Trata-se da “epopeia” *Homenagem a Luís de Camões*, publicada⁵⁷ (em forma de livro) na capital portuguesa em 1880, aquando da celebração do tricentenário da morte do Poeta. A *Homenagem* é escrita num estilo extremamente patético que faz lembrar os “Lusíadas”. Tal como a obra-prima de Camões, a “epopeia” de D. Antónia também quer “arredondar” enciclopedicamente a história heróica do povo mais ocidental do continente europeu - história essa que desta vez gira em torno dos dois “gigantes nacionais” - Vasco da Gama e Luís Vaz de Camões. Como em muitos outros lugares da obra literária e jornalística de Antónia Pusich, aqui também se põe em relevo um contraste forte entre a antiga glória lusa (sobretudo a da época de Vasco da Gama) e o estado miserável em que se encontrava o País na segunda metade do séc. XIX. Do ponto de vista métrico, o poema mais famoso de D. Antónia (após a *Olinda ou Abadia de Cumnor-Place*) consiste em quatro unidades. A primeira é composta por

⁵⁶ D. João VI e a sua mulher D. Carlota Joaquina foram padrinhos de todos os filhos de António Pusich, incluindo também de Antónia Gertrudes.

⁵⁷ Pela Tipografia Coelho & Irmão = Rua de S. Bento, 127 - 129.

25 estrofes de quatro versos (dodecassílabos), de esquema rimático *a b a b*. A segunda consta de dez estrofes, cada uma de seis versos (octossílabos), também de rima alternada (*a b a b a b*). A terceira abrange três estrofes, cada uma de quatro versos (dodecassílabos), de igual esquema rimático (*a b a b*). O mesmo número de estrofes (três), tem-no também a quarta unidade, sendo cada estrofe feita de oito versos (também dodecassílabos), de esquema rimático *a b a b a b c c*. Do ponto de vista de “conteúdo” parece não ter existido nenhuma razão para a autora mudar de esquema métrico do poema, a não ser o seu desejo de quebrar a monotonia musical. Não devemos esquecer que D. Antónia também era música e que cuidava da forma pelo menos tanto quanto cuidava do “conteúdo”! Para apresentar devidamente o culto oitocentista camoniano, Antónia Pusich acrescentou ao poema algumas notas acompanhantes, tal como uma conclusão em que se expõe a história do monumento grandioso erguido em honra de Camões no bairro lisboeta do Chiado.

Para além dos poemas ocasionais, na obra poética de D. Antónia abundam sobretudo os de inspiração religiosa. Como é do conhecimento geral, os temas e motivos religiosos estão desde sempre presentes na literatura portuguesa, dentro da qual, porém, nunca se cultivara notavelmente a poesia mística, mas sim “apologética”, na maioria dos casos de má qualidade. Esta tendência também está presente na poesia de Antónia Pusich. É verdade que nessa poesia também há versos admiráveis, escritos no encaço dos melhores poetas místicos da Península Ibérica, mas eles são excepcionalmente raros. Tal como o grande poeta renascentista português - Frei Agostinho da Cruz (1540-1619), muitas vezes também D. Antónia põe no centro da sua criação poética uma cruz que representa o testemunho e símbolo do Criador. A cruz é um símbolo tão frequente nos poemas de Antónia Pusich que pode ser considerada como arquétipo, isto é, como “uma imagem típica ou recorrente” (como diria Northrop Frye). O arquétipo da cruz é um daqueles arquétipos que na maior medida unem a obra poética de D. Antónia - obra essa em que, para além dos poemas ocasionais, dominam também os de inspiração religiosa. Grande número de poemas de inspiração religiosa na poesia de Antónia Pusich também se podem explicar pela concepção editorial das revistas dirigidas por ela, sobretudo da revista “A Beneficência” (cujo subtítulo era “jornal *religioso* e literário”). De acordo com o ano litúrgico, nas suas revistas (principalmente, claro está, na revista “A Beneficência”), D.

Antónia publicava poemas ligados a determinadas festas ou solenidades religiosas, mas também aos ciclos litúrgicos inteiros (ciclo do Natal ou da Páscoa por ex.). Assim, na sua poesia de inspiração religiosa podemos distinguir poemas do ciclo do Natal (3) e da Páscoa (2 poemas à parte e uma colectânea poética), poemas ligados ao Pentecostes (1), ao Corpo de Deus (1) e à Comemoração de Todos os Fiéis Defuntos (1); poemas consagrados a Nossa Senhora (3), a vários santos, anjos ou arcanjos (3). A estes, deve-se-lhes acrescentar também “poemas penitenciais” ou “poemas de súplicas” (uma colectânea poética), poemas apologéticos (2), (pseudo)salmos (3), bem como um poema de inspiração religiosa que poderia ser designado por uma meditação neobarroca sobre o tema “a vida é um sonho”.

No âmbito da obra poética de Antónia Gertrudes Pusich, os poemas de temática social são relativamente pouco numerosos (quatro poemas à parte e uma colectânea poética), mas parece que a autora lhes prestara uma atenção especial, sendo eles um excelente meio para a concretização da justiça social - justiça essa pela qual D. Antónia andou a lutar durante toda a sua vida, não só enquanto escritora, como também enquanto jornalista e “feminista” por excelência. Enquanto escritora, isto é, poetisa, ela reagiu contra a injustiça social de um modo particular através da sua obra *O sonho, os gemidos, e os rogos da classe inactiva que recebem a par dos efectivos dedicados ao governo de Sua Majestade Fidelíssima em nome da mesma classe por D. Antónia Gertrudes Pusich*, escrita e publicada em Lisboa, no ano de 1844.⁵⁸ Trata-se de um livrinho de oito páginas que consiste em duas partes: numa pequena introdução intitulada “Epístola” e no próprio poema “O Sonho”. Ambas as partes são escritas em verso livre, sem rima (o que é uma verdadeira raridade na obra de D. Antónia). A “Epístola” é, de facto, dedicatória (composta de 32 versos, maioritariamente hendecassílabos) em que a autora se apresenta como uma espécie de porta-voz “das órfãs, das viúvas desgraçadas e dos briosos guerreiros reformados”, dirigindo-se aos “sábios ministros” com o pedido de intervirem a favor da “classe inactiva”, porque, caso contrário, Portugal poderia ser atingido por uma tragédia sem precedentes. A acção do poema dramático “O Sonho” (composto de 113 versos) desenvolve-se no cemitério lisboeta dos Prazeres, ao estilo dos romances góticos de terror. Após a poetisa ter chamado (por um acto ritual) o seu defunto pai, à meia-noite em ponto começa um “espectáculo”

⁵⁸ A obra foi impressa pela Tipografia Lusitana, Rua do Abarracamento de Peniche, n.º 43.

de mortos. O papel principal nesse espectáculo, têm-no o defunto rei e D. Tomás de Mascarenhas que, em nome da “classe inactiva” pede a protecção e ajuda real. O poema acaba com um “happy-end”, ou seja, com o acordar da poetisa à qual a aurora anuncia com um sorriso a realização do sonho que ela acabou de sonhar. Embora “O Sonho” não tenha um valor artístico particular, ainda hoje continua a ser interessante devido a numerosos elementos autobiográficos com base nos quais podemos reconstruir a actividade social e política da filha rebelde de António Pusich.

Também não abundam os poemas de temática amorosa no espólio literário de Antónia Pusich. Não contando os inseridos no romance de amor *Dois mistérios*, conseguimos encontrar apenas sete. Em quase todos eles nota-se uma influência forte da lírica amorosa de Luís Vaz de Camões, tanto no domínio de estilística, como no de métrica. Nalguns, os motivos de amor entrelaçam-se com os paisagísticos, sendo por isso difícil decidir onde colocar o respectivo poema: se dentro da lírica paisagística, se dentro da de amor.

De qualquer maneira, aquilo que Antónia Pusich escreveu no anteriormente citado “manifesto literário” sobre a sua criação em geral⁵⁹ tem também a ver com a poesia desta autora, uma vez que também nesse domínio a “beleza artística” fica em segundo plano em relação à moral, ou seja, ao moralismo. A maior parte dos poemas de D. Antónia, mesmo dos que tematicamente não tendem para a moralização, são caracterizados por uma docência moralista à maneira barroca (tridentina). Deus e Pátria são dois “arquétipos” que (quer directa quer indirectamente) aparecem na maioria dos versos da poetisa - versos esses que, mesmo assim, de vez em quando nos surpreendem pela originalidade e inocência de várias imagens poéticas. Segundo a temática (como, de resto, consta das análises anteriores), os mais frequentes são poemas ocasionais, tal como os de inspiração religiosa. Entre os autores que D. Antónia cita ou parafraseia com maior frequência e que para ela representam referências nacionais, destacam-se sobretudo Luís Vaz de Camões, Manuel Maria Barbosa du Bocage e António Feliciano de Castilho. No que diz respeito à versificação propriamente dita, pode-se dizer que no caso de Antónia Pusich ela é mais resultado de uma musicalidade inata, quase “instintiva” do que de uma investigação sistemática de várias leis métricas bem complexas. Frequentes

⁵⁹ Cf. a revista “A Assembleia Literária”, n.º 34, de 29 de Junho de 1850, p. 17.

mudanças de “sistemas” métricos, sem cobertura no “conteúdo” do respectivo poema, só podem ser explicadas pelas preocupações musicais da autora. Em certa medida estas preocupações também podem explicar a presença de vários esquemas rimáticos, verdadeiramente “exóticos”, dentro da obra poética de D. Antónia. A título de exemplo, mencionemos apenas que as rimas tais como *a b c b d b* ou *a b a b a b c c* aparecem uma única vez em toda a obra da poetisa. Dos esquemas rimáticos frequentes é de salientar as combinações *a b a b*⁶⁰ ou *a b c b*, repetindo-se também, várias vezes, o esquema *a a b c c b*. O verso livre (ou seja, branco) é um fenómeno muito raro na poesia de Antónia Pusich, limitando-se principalmente ao poema *Olinda ou a Abadia de Cumnor-Place*. Enquanto que a autora é muito consequente no uso da rima, o mesmo não se poderia dizer sobre o comprimento dos versos que varia extremamente na criação poética de D. Antónia, sendo em muitos casos os versos ímpares mais compridos do que os pares. São bastante raras as poesias em que o verso tem igual comprimento da primeira até a última estância. Porém, essa desigualdade é regularmente compensada por outros mecanismos métricos (forma de rima e de estrofe, por ex.) que fazem com que o texto seja mais musical.

Embora Antónia Gertrudes Pusich seja muito mais conhecida e produtiva enquanto poetisa, a sua obra literária em prosa não é de menosprezar. Muito pelo contrário! O único romance de D. Antónia conhecido até agora - *Dois mistérios*, pela primeira vez publicado na revista “A Assembleia Literária” (do número 3 até ao número 21 inclusive), era tão popular entre os leitores portugueses da época que a autora foi obrigada a reimprimi-lo (com algumas alterações) na sua revista “A Beneficência” (segunda série: do número 12 até ao número 45 inclusive). Trata-se de um romance de amor tipicamente romântico, com personagens bipolarizadas, com muitos enlaces, desenlaces e peripécias inesperadas, que suscitam inevitavelmente a atenção de todos os leitores. Dois protagonistas centrais, Edgard e Ermínia (par amoroso), passam por uma série de tentações extremamente difíceis e laços armados pelo “mau” concorrente de Edgard, sendo o seu amor, depois dos esforços de muitos anos, finalmente coroado por um casamento feliz. Segundo alguns traços estilísticos, este romance poderia ser classificado como “inferno dos namorados”. Semelhante à novela *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, ele

⁶⁰ Trata-se, portanto, da rima alternada ou cruzada.

também trata do “sentimento trágico da vida”, dirigida apenas pelo amor, sobrepondo-se os sentimentos amorosos não só à então muito influente opinião pública, como também ao próprio sacramento matrimonial (o que, tendo em consideração a “mundividência” de Antónia Pusich, representa um procedimento extremamente audaz!). Nesse sentido, pode-se dizer que, em certa maneira, D. Antónia antecipa algumas das chamadas novelas passionais de Camilo Castelo Branco, o que não quer dizer que o único romance de amor da poetisa luso-croata seja imune a comentários moralistas (autorais). Para atenuar, pelo menos um pouco, a impressão quase inevitável da “lavagem cerebral” constante, D. Antónia recorre à técnica pela qual “dissimula” perspicazmente a intervenção directa do autor no “conteúdo” da obra, isto é, faz com que ela própria seja um dos protagonistas do romance. Desta maneira, enquanto intermediária de Ermínia (mas também de Edgard), a autora pode intervir sempre que lhe apetece na acção propriamente dita, não correndo o perigo de ser acusada por comentários inoportunos (antes de mais de carácter moralista). Igualmente assim, a título de um dos protagonistas do romance, D. Antónia pode inserir na obra numerosos elementos autobiográficos, atribuídos quer a si própria (enquanto personagem literária), quer à sua amiga fictícia Ermínia. É de destacar que a realidade e a ficção são muito sofisticadamente entrelaçadas no romance, pelo que é extremamente difícil separá-las. Nessa perspectiva, o romance *Dois mistérios* poderia ser em grande medida lido como uma espécie de diário da autora relativo às angústias existenciais pelas quais foi torturada nos anos quarenta do séc. XIX. Não raras vezes os sítios em que se desenvolve a acção (largo da Estrela ou Chelas, por ex.) correspondem às residências reais da autora, descrevendo-se alguns acontecimentos da sua vida real com tanta exactidão como se fossem tirados de uma autobiografia sua. Os elementos autobiográficos que, de certeza, grandemente contribuíram para a popularidade do romance de Antónia Pusich (tal como no caso das *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett, por ex.) às vezes são “temperados” quer com uma espécie de “poemas em prosa”, quer com versos habituais sobre um tema de amor. Semelhantes digressões poéticas (em relação à acção “principal” do romance) encontram-se também noutros lugares da referida obra literária de D. Antónia, sobretudo quando se trata de comentários moralistas (autorais). Citaremos um desses comentários que representa uma espécie de panegírico ao campo (quase à maneira tolstoiana):

No campo, no campo se encontram mulheres dignas de todo o louvor! E não se pense que são menos ilustradas que as da corte, ao contrário, como o luxo e a janela não lhes ocupa o tempo, elas estimam aproveitar as poucas horas que têm livres em ler; e seus livros são sempre de moral, e religião: são antigos, mas não lhes escaldam o cérebro, nem envenenam o coração!... Poucas raparigas do campo hoje não sabem ler. Suas mães cuidam muito na sua educação, mandando-as à mestra, que em todos os distritos há alguma (assim fossem elas mais ilustradas).

Os filhos ajudam o pai nos trabalhos da agricultura, e por isso, por mais filhos que tenham, nenhum se lhes torna pesado; são tantos braços que Deus lhes dá para aumentar o produto da sua lavoura.

Os divertimentos do campo são os mais inocentes; um arraial, uma função de igreja; eis tudo para a mocidade do campo, e tudo isto é depois de feitas as suas obrigações domésticas. Um vestido de chita, ou de lã, um lenço de seda, ou algodão de cor, eis todo enfeite de uma camponesa. Se têm meios empregam o dinheiro em oiro para ornarem seus colos, e suas orelhas, e não o consomem em trapos e modas que a todo o instante devoram tudo quanto os pais, e maridos possam ganhar; e este flagelo a causa da perdição de tantas casas, e de tantas raparigas!...⁶¹

Às vezes, tais “digressões” dentro da acção reduzem-se a meros comentários “feministas”, como, por ex., quando, num duelo verbal com a protagonista principal do romance - Ermínia, a autora expõe a sua compreensão do amor infiel dos homens e da instituição matrimonial em geral,⁶² ou quando debate várias maneiras pelas quais um amante magoa, mesmo sem querer, o coração da sua amada.⁶³ Até se poderia dizer que no romance *Dois mistérios*, D. Antónia oferece aos leitores o código trovadoresco actualizado do amor cortês, destinado ao uso quotidiano. Nesse sentido, parafraseando o título da obra *Carta de Guia de Casados* (1661), do célebre escritor português da época barroca D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), o romance de amor de Antónia Pusich poderia ser designado por uma espécie de “carta de guia de casadas”, ou seja, por um “manual” de psicologia do amor.

Não menos interessante dos *Dois mistérios* é também um drama em três actos,⁶⁴ com o título *Constança ou amor maternal*. A própria acção desta

⁶¹ “A Assembleia Literária”, n.º 6, de 8 de Setembro de 1849, p. 45.

⁶² “A Assembleia Literária”, n.º 13, de 27 de Outubro de 1849, p. 101.

⁶³ “A Assembleia Literária”, n.º 14, de 3 de Novembro de 1849, p. 106.

⁶⁴ Quanto é do nosso conhecimento.

única peça teatral impressa de Antónia Pusich é muito simples. A jovem viúva Constança é constantemente cortejada pelo seu parente Eugénio. Embora a viúva goste dele, mesmo assim não responde aos seus pedidos amorosos por considerar que Eugénio não poderia substituir o defunto pai de Cristina - filha única de D. Constança. Para o conflito dramático ser mais forte, a autora introduziu a personagem do pai de Constança - um nobre muito rico, Tomás de Almeida, que renegara a filha por esta ter casado contra a vontade dele. Protestando, ainda por cima, contra a decisão amorosa da filha, Almeida emigrara para Itália, de onde regressou depois de alguns anos para levar consigo a sua neta Ernestina, proclamando-a herdeira de todas as suas riquezas. Com Ernestina, para Itália também partiu a criada fiel de Constança, Camila, enquanto que a própria Constança ficou em Lisboa, juntamente com outra criada - Custódia. Após dez anos, no decorrer dos quais aconteceram várias peripécias, as máscaras finalmente caíram (tanto no sentido literal como no figurativo) durante um baile na cidade italiana de Livorno (onde na altura residiam Tomás de Almeida e a sua neta Ernestina). Constança (que era considerada morta) acabou por conciliar-se com o pai, enquanto que Eugénio casou a sua filha Ernestina. Na acção do drama, um papel muito importante pertence ao criado de Eugénio, Bernardino, que, por seu lado, faz a corte à criada de Constança, Camila. É de salientar que são precisamente os criados (Bernardino, Camila e, em certa medida, o criado do velho Tomás, Estêvão) aqueles que enriquecem o drama com uma autêntica sabedoria popular em que abundam provérbios e soluções espontâneas. No drama, que do ponto de vista dos géneros teatrais poderia ser classificado como comédia (em que a comicidade se realiza através de conversações, situações, intrigas e caracteres), Antónia Pusich inseriu também muitos elementos autobiográficos, sendo bem óbvia a semelhança entre a “personagem” da própria autora e a personagem da heroína principal - a viúva Constança. O entrelaçamento do real e do imaginário nota-se mormente na personagem do “chefe da polícia dos estrangeiros” em Livorno, Sr. Bilioti. Foi ele que deu imensa ajuda a D. Antónia por ocasião da sua visita (política) a Itália, feita com o fim de libertar o marido. Por isso, ela quis agradecer-lhe, introduzindo-o no drama *Constança* a título de personagem. Para grande popularidade dessa peça teatral junto do público lisboeta contribuíram não só numerosas alusões autobiográficas da autora, como também peripécias verbais extremamente espirituosas, vários jogos de palavras, provérbios

mordazes, comentários políticos (quer directos quer indirectos), assim como “panegíricos” à nação lusa, “temperados” com alguma observação crítica relativa ao atraso (cultural) português em comparação a outros países europeus... O que mais incomodaria os leitores (ou, eventualmente, espectadores) de hoje do drama de D. Antónia seriam provavelmente os numerosos comentários moralistas e “(neo)feministas” (típicos, de resto, de todas as outras obras da autora!), mas sem eles *Constança* seria de certeza uma peça quase “impessoal”, reduzindo-se a mais uma variação sobre o tema *qui pro quo* da comédia (renascentista) de intrigas. Com eles, porém, ela pode ser lida como um documento relativo ao tempo pós-revolucionário “stressado” no Portugal da primeira metade do séc. XIX - documento esse que também seria capaz de interessar os leitores do nosso tempo (quanto aos espectadores, seria necessário actualizá-la um bocadinho!).

No entanto, para os leitores contemporâneos é muito mais interessante o livro mais conhecido e mais citado de Antónia Pusich, *Biografia de António Pusich. Contendo 18 documentos de relevantes serviços prestados a Portugal por este ilustre varão. Resumo da história da República de Ragusa e sua antiga literatura*, Lallemand Frères Typ., R. do Tesouro Velho, 6, Lisboa, 1872. O livro abrange 152 páginas, e a *Biografia* propriamente dita 91. A própria *Biografia* (que foi amplamente apresentada nos capítulos relativos às trajetórias de vida de Antónia e António Pusich) consiste em duas partes. Na primeira parte (págs. 9-42), sob um título indicativo - “Dias de prosperidade”, a autora descreve a vida da família Pusich até ao início da Revolução de 1820, enquanto que na segunda parte (págs. 43-91), com o título “Dias de tribulação”, a vida da família mencionada é descrita no período entre a eclosão da Revolução e a morte de António Pusich. Do ponto de vista das ciências historiográficas de hoje, a *Biografia* poderia ser criticada por não se apoiar suficientemente em documentos de arquivo, mas é preciso não esquecer que em muitos casos Antónia Pusich não dispunha dos documentos históricos originais, escrevendo o livro com base na tradição oral, pelo que se podem facilmente explicar muitos dados errados refutados pelas investigações mais recentes.⁶⁵ Os dezoito documentos originais anexados por D. Antónia à *Biografia* (págs. 103-128) não cobrem todo o período da actividade política (ou seja, pública) de

⁶⁵ O maior mérito dessas investigações pertence, de certeza, ao Prof. Doutor Eduardo Romano de Arantes e Oliveira.

António Pusich durante a sua longa estadia no reino português, servindo antes como uma espécie de ilustração de determinados acontecimentos - acontecimentos esses que na perspectiva da autora tiveram uma importância particular no contexto da vida e obra do protagonista do livro. Para além dos documentos mencionados, Antónia Pusich também inseriu na *Biografia* alguns poemas, dedicados aos seus pais (págs. 93-101), tal como o “Resumo da história da República de Ragusa e a sua antiga literatura” (págs. 129-152) que será apresentado nas páginas a seguir. Embora a apresentação da história política e literária ragusina, oferecida por D. Antónia aos leitores portugueses, contenha bastantes erros (alguns dos quais podem ser explicados pelas fontes de que a autora se serviu, enquanto que os outros são meras gralhas), mesmo assim ela tem imensa importância não só para a cultura croata ou portuguesa, mas também para a europeia em geral, sendo um dos raros testemunhos estrangeiros da rica herança política e cultural de um estado europeu geograficamente pequeno mas historicamente grande, que durante quase todo o período da sua existência mostrou uma orientação extremamente cosmopolita. É indubitável a história ragusina de Antónia Pusich não ter sido escrita imparcial e “desinteressadamente”. Antes pelo contrário! Os dados historiográficos, grandemente “aborrecidos” por natureza, D. Antónia apresenta-os de uma maneira particular, com muito “temperamento” e um sentimento bem forte de patriotismo que não se limita apenas à pátria “verdadeira” da autora - Portugal, abrangendo também, com igual paixão, a pátria dos seus antepassados - Dubrovnik, isto é, a antiga República de Ragusa. Entre os dados historiográficos “objectivos”, Antónia Pusich insere (mais ou menos “discretamente”) vários comentários autorais através dos quais (re)interpreta a realidade histórica ragusina oferecida aos leitores, fazendo-o de tal maneira como se fosse uma cidadã de Dubrovnik e não uma mulher cuja existência está dividida entre as Ilhas de Cabo Verde, Brasil e Portugal. O principal “responsável” disso é, de certeza, o seu pai António. Foi ele que lhe falou sistematicamente da sua cidade natal. Por isso não se estranha que a grande paixão de D. Antónia pela “Atenas croata” tenha sido transmitida para os seus descendentes, incluindo os das gerações de hoje em que a tradição oral sobre as belezas de Dubrovnik continua a viver.⁶⁶

⁶⁶ Vários destes descendentes ainda vivos de D. Antónia já visitaram Dubrovnik e outras cidades croatas (Cavtat, por ex.), enquanto que outros estão em vias de fazê-lo.

Sumariando agora a actividade literária de Antónia Pusich, é preciso termos em mente o facto de D. Antónia ter sido, antes de mais, uma poetisa, que incorpora a sua “mundividência” poética inata, não só na prosa literária, como também em várias peças de teatro ou até nos textos de índole “científica”. Ao mesmo tempo, todos ou quase todos os textos literários de D. Antónia são fortemente “contaminados” por um “moralismo” específico que, em grande medida, determina tanto a “mensagem” (implícita ou explicitamente presente dentro do respectivo texto), como o próprio texto na sua totalidade. Tal “entoação” barroca faz com que não se sinta assim tão intensamente a “predisposição” romântica de muitas obras de D. Antónia, “misturando-se” na maior parte da sua criação literária, de uma maneira bastante insólita, os elementos estilísticos típicos do Barroco e do Romantismo. Desse ponto de vista, Antónia Pusich difere essencialmente de todos os outros autores românticos da literatura portuguesa e lusófona em geral. Não raras vezes a insistência de D. Antónia na dimensão utilitária da literatura e arte em geral (antes de mais, no domínio da moral ou, mais precisamente, do moralismo) esteve em detrimento da dimensão estética propriamente dita, mas a autora nunca se preocupou com isso, uma vez que (como, de resto, vimos no seu “manifesto” literário) ela não parecia dar importância alguma à beleza da arte, mas somente à utilidade da moral. Isto não quer dizer que D. Antónia tinha aversão a alguns “princípios estéticos” típicos da arte pela arte (o “culto da forma”, por ex.), mas eles estavam sempre em segundo plano, “sujeitos” aos fins mais “elevados”, de índole moralista. O “culto da forma”, tão importante para a poetisa de origem croata, servia-lhe apenas para “obrigar” o leitor a ler com atenção a “mensagem” moralista por excelência. Para além de um moralismo quase obsessivo, mais um factor determina essencialmente toda a criação literária de Antónia Pusich: numerosos elementos autobiográficos incorporados sistematicamente pela autora nos seus textos poéticos, de ficção e de teatro. Embora o autobiografismo seja um dos elementos principais da poética romântica em geral, a sua presença na obra de D. Antónia é tão marcante que certos textos seus parecem ser uma espécie de “diário” poético da autora. É de destacar, porém, que por detrás desse “diário” não se esconde o “culto do egotismo” (presente em muitos poetas e escritores da época⁶⁷), mas

⁶⁷ Entre os românticos portugueses, esse “culto” nota-se sobretudo na obra de Almeida Garrett.

sim a necessidade da autora de partilhar psicoterapeuticamente as suas ricas experiências de vida com os seus leitores. Estreitamente ligada ao autobiografismo está a sangrenta guerra civil portuguesa (entre os liberais e miguelistas) que marcou profundamente tanto a vida privada como a pública de D. Antónia, incluindo a sua obra literária. Em muitos textos seus, ela condena a guerra civil, considerando-a como fonte de todos os males, mais exactamente, como o maior “flagelo” entre todos os que “têm oprimido a humanidade”.

Os referidos “índices”, relativos à actividade literária de Antónia Pusich, também podem ser aplicados, quase na íntegra, à sua actividade jornalística. Diferentemente da actividade literária de Antónia Pusich, hoje interessante apenas para raros historiadores, a sua actividade jornalística continua a despertar um interesse bastante grande em vários investigadores. De resto, D. Antónia é considerada como uma das personalidades lendárias do jornalismo português, principalmente graças ao facto de ser a primeira jornalista lusa (e lusófona em geral) de sexo feminino, que assumiu publicamente a sua profissão. Ela foi também a primeira mulher na história de Portugal que assumiu em público a autoria de uma obra literária. Trata-se de um soneto dedicado a António Feliciano de Castilho, publicado em Outubro de 1843 na revista “Correio das Damas”.⁶⁸ Além disso, Portugal ficou-lhe devedor de três revistas já mencionadas: “A Assembleia literária”, “A Beneficência” e “A Cruzada”. Referir-nos-emos sucintamente a cada uma delas.

O primeiro número da revista “A Assembleia Literária” saiu a 4 de Agosto de 1849. A revista começou como semanário, passando a ser bissemanário a partir do n.º 26 (isto é a partir do dia 25 de Fevereiro de 1850). Visto que a sua proprietária e directora Antónia Gertrudes Pusich adoeceu gravemente, a 5 de Janeiro de 1851, a revista iniciou uma segunda série, desta vez sob a posse e a orientação de M. J. Cabral. Infelizmente, a Biblioteca Nacional de Lisboa não possui o primeiro número da “Assembleia Literária”, em que a “redactora” teria de certeza apresentado os motivos pelos quais decidiu fundar o novo periódico, tal como os objectivos a atingir, mas, encontrámos muitas informações do género, encontrámo-las no texto de uma das colaboradoras mais assíduas da revista, Antónia Luísa Cabral,⁶⁹ que diz explicitamente que um dos

⁶⁸ Cf. o livro mencionado de Maria Ivone Leal, p. 51.

⁶⁹ Cf. os números 3 e 4 da referida revista.

objectivos do novo periódico “feminino” é “uma cruzada em defesa da liberdade intelectual” e dos “sagrados direitos” que a sociedade tolhe às mulheres, existencialmente dependentes dos homens. É interessante que, diferentemente das revistas “femininas” anteriores, “A Assembleia Literária” não se dirija exclusivamente às mulheres, mas a todos os leitores, independentemente do seu sexo. Se calhar é esta a razão pela qual D. Antónia não “adula” tematicamente o mundo mulhêril. Não existe nem um único número que aborde temas relativos à moda por ex., sendo todos os artigos, quer directa quer indirectamente, marcados pelo objectivo mencionado no subtítulo - instrução. Mais uma novidade caracteriza a primeira revista de Antónia Pusich. Trata-se dos numerosos colaboradores que nela publicavam os seus artigos. No seu “comentário editorial”, publicado no n.º 5 da revista,⁷⁰ D. Antónia menciona com orgulho que “todos os dias à ‘Assembleia Literária’ se unem colaboradores novos de ambos os sexos”. Embora a redacção publicasse regularmente os textos dos autores já bem conhecidos e afirmados, mesmo assim tinham prioridade os nomes ainda desconhecidos. É de destacar que nas páginas da “Assembleia Literária” foram publicados artigos, não só dos colaboradores de Lisboa, como também da província (Elvas e Moura, por ex.), o que significa que a revista tinha realmente conseguido ramificar a sua rede de colaboradores e assinantes. Quanto aos textos publicados na revista, grande número deles pertence à categoria de textos literários (poesia, prosa, drama), enquanto que os textos não-literários podem ser divididos em vários grupos temáticos, sendo os mais frequentes: educação e instrução, religião, economia e política, beneficência, artes e crónica social de Lisboa. É preciso pôr em relevo que muitos (senão a maioria) desses textos foram escritos pela própria Antónia Gertrudes Pusich.

Menos de três anos depois da saída da redacção da “Assembleia Literária”,⁷¹ Antónia Gertrudes Pusich fundou (em Julho de 1853) uma nova revista - bissemanal - com o título “A Beneficência”,⁷² o que, por si só, fala sobre o grande significado que ela atribuía à imprensa enquanto meio de formação da opinião pública num tempo em que ainda não existiam nem a rádio nem a televisão. Os que desde o início “coadjuvaram” a segunda revista de D. Antónia foram, antes de mais, os seus assinantes pouco

⁷⁰ De 1 de Setembro de 1849, p. 35.

⁷¹ Em Novembro de 1850.

⁷² O primeiro número desta nova revista saiu a 17 de Julho do referido ano.

numerosos, mas persistentes, cujos nomes iam sendo sistematicamente publicados em determinados números da “Beneficência”. Entre eles houve muitas pessoas dos círculos políticos, eclesiásticos e culturais, incluindo o próprio rei. No que diz respeito aos colaboradores da “Beneficência”, quer permanentes, quer ocasionais, é preciso mencionar que entre eles (tal como no caso da primeira revista de D. Antónia) houve muitos jovens, alguns dos quais não tardariam a tornar-se célebres poetas ou prosadores. Uma parte deles já tinham colaborado na “Assembleia Literária”, pelo que o leque das pessoas que publicavam os seus textos (seja literários, seja não-literários) na “Beneficência” não parece mais amplo. Muitos dos textos literários (sobretudo poemas), mas também dos não-literários (editoriais dedicados aos problemas actuais da sociedade portuguesa, vários artigos dedicados à cultura, arte, religião, educação e instrução, artigos relativos à crítica literária, musical e, mormente, de teatro) foram escritos pela própria chefe de redacção, Antónia Gertrudes Pusich. Em determinados números (4 ou 5 da primeira série ou 5 da segunda, por ex.) é ela que assina quase todos os artigos. É difícil de avaliar a olho nu, mas parece-nos que D. Antónia é a autora de cerca de metade de todos os textos publicados nos 70 números da sua segunda revista. Quanto aos temas que aparecem na revista “A Beneficência”, apesar de serem tão diversos, podem ser divididos numa quinzena de grupos: literatura, religião e moral, actividade caritativa, arte e cultura (textos relativos a determinadas artes, incluindo a literatura), ciência, educação e instrução, economia e política, saúde pública, passatempo, temas de África, notícias da Madeira, notícias relativas à família real, factos do dia e necrológicos.

A terceira revista de D. Antónia - “Cruzada”, foi fundada depois de um intervalo de quase três anos. O último número da “Beneficência” saiu a 15 de Dezembro de 1855, e o primeiro número da “Cruzada” só apareceu a 1 de Novembro de 1858. Sairam apenas três números desta última revista, pelo que é bastante difícil reconstruir a sua concepção editorial. Além disso, visto que os exemplares da “Cruzada” existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa não estão completos (faltam quatro páginas do primeiro número!), não nos é possível verificar com certeza absoluta o género e número exacto de todos os textos nela publicados. É indubitável, porém, que, para além da rubrica “Noticiário”, “A Cruzada” possuía mais uma rubrica permanente - “Irmãs da Caridade”, tirada da revista anterior de D. Antónia - “A Beneficência”.

Seja como for, o que caracteriza Antónia Pusich, enquanto jornalista e chefe de redacção das três revistas, é, antes de mais, o seu persistente insistir em estar completamente independente de qualquer influência “exterior”. A segunda característica essencial de D. Antónia, enquanto jornalista, poder-se-ia reduzir ao facto de ela, quer como autora, quer como “redactora”, sempre e claramente expressar a sua atitude pessoal para com todos os problemas abordados nas três revistas. Isso, porém não quer dizer que D. Antónia não respeite as opiniões (políticas) de outras pessoas. Muito pelo contrário! É mesmo surpreendente o altíssimo grau de tolerância mostrado por ela enquanto “redactora” ao publicar textos completamente opostos às suas próprias opiniões, mas nunca em detrimento de uma “mundividência” férrea. A única questão que sistematicamente evita em todas as três revistas é a questão das suas convicções políticas. Embora várias vezes saliente que tem uma atitude bem formada relativamente aos partidos políticos da época, mesmo assim prefere não revelá-la, porque acha que isso seria contraproducente para a sua actividade jornalística. A terceira característica da actividade jornalística de Antónia Pusich é o carácter *engagé*, ou seja comprometido, de todos os seus textos, mormente dos relativos às questões de moral, fé, patriotismo, injustiça social, educação, instrução ou opressão das mulheres. D. Antónia era sobretudo sensível às injustiças feitas a determinados indivíduos pelo Estado, isto é, pela sociedade (sentiu-as, de resto, na sua própria pele), mas também às feitas ao “pequeno e brioso” povo português pela comunidade internacional (ou, mais exactamente, pelas grandes potências europeias de então). Do mesmo modo, era excepcionalmente sensível à crítica dirigida à pessoa que tinha cometido um delito qualquer, e não ao delito propriamente dito. A sua divisa, “emprestada” da moral cristã, era condenar o pecado e não o pecador! Por isso, D. Antónia era respeitada mesmo pelos seus adversários. E esses adversários abundavam mormente no domínio da actividade pedagógica, política e “feminista” de Antónia Pusich.

Enquanto pedagogo, Antónia Pusich põe sempre em relevo a importância da instrução primária, exigindo que todas as aulas sejam gratuitas, pelo que seria preciso “estabelecer aos professores ordenados suficientes, para poderem viver com a decência própria de um homem, que se dedica a uma profissão tão importante para a sociedade em

geral e particular”.⁷³ Para mostrar pelo seu próprio exemplo quanta importância atribuía à alfabetização do povo português (na altura ainda grandemente analfabeta), várias vezes tentou fazer com que as respectivas instituições do Estado lhe dessem autorização para poder fundar uma escola em que daria aulas gratuitas (sic!), mas a resposta foi sempre negativa.⁷⁴ É interessante, porém, que a burocracia estatal não tenha sido único obstáculo a este projecto, porque igual resistência, ofereciam-na também os próprios pais (sobretudo no caso das meninas), considerando que a escola traz às crianças mais desvantagens do que vantagens. Era precisamente contra vários preconceitos do género, extremamente fatais para uma sociedade, que D. Antónia lutava, escrevendo numerosos artigos destinados a corrigir, pelo menos parcialmente, a opinião pública pequeno-burguesa de então.

Quanto à actividade política (sem dúvida bastante complexa) de Antónia Pusich, é preciso ter em mente o facto de que ela, enquanto jornalista e “redactora”, insiste numa abstinência total de qualquer política partidária, mas, em contrapartida, enquanto uma simples cidadã, é muito activa na vida política do Portugal oitocentista. Para D. Antónia, a actividade política não se reduz a uma mera luta partidária, mas sim à luta pela justiça social, sendo, por isso, igualável à actividade caritativa, ou seja, às obras de beneficência compreendidas como tentativas de assegurar as condições de vida dignas do homem e não como uma simples distribuição de refeições quentes numa cozinha pública. Segundo Antónia Pusich, o político é uma espécie de “assistente social” que deveria tomar conta de uma nação inteira.

Uma atenção particular, D. Antónia presta-a à problemática “feminista”. No nosso tempo, o feminismo está principalmente ligado à mundividência esquerdista, enquanto que Antónia Pusich foi tudo menos uma mulher de esquerda. Porque é que, então, também nós acabámos por falar nela nessa perspectiva?! A resposta é muito simples: porque durante toda a sua vida luta pelos direitos fundamentais das mulheres. E entre estes direitos (segundo a própria D. Antónia), o primeiro lugar ocupa-o o direito à “ilustração”, isto é, à instrução. Uma preocupação enorme por causa do obscurantismo intelectual que fez com que uma grande

⁷³ Ibid, p. 3.

⁷⁴ Cf. a revista “A Cruzada”, n.º 1, de 1 de Novembro de 1858, p. 8.

maioria das mulheres portuguesas de então vivessem numa ignorância absoluta (para os homens não perderem os seus privilégios sociais) nota-se em muitos dos textos publicados na revista "A Beneficência", onde D. Antónia se queixa, por ex., do abandono das mulheres por parte das respectivas instituições do Estado, que deveriam assegurar-lhes condições de instrução iguais às dos homens,⁷⁵ do tratamento injusto das mulheres por parte dos homens, que não tomam conta dos problemas existenciais do sexo feminino,⁷⁶ ou do facto de a sociedade negar às mulheres "os empregos, as condecorações, e até as considerações, que oferece aos homens".⁷⁷ É de salientar que todos esses textos testemunham um forte empenho "feminista" de D. Antónia - empenho esse que não serve a si próprio (como não raras vezes acontece com várias feministas de hoje), mas está sempre e exclusivamente ao serviço do homem enquanto ser que não pode estar feliz até que uma metade sua (neste caso feminina) realize todas as suas faculdades. Foi precisamente a esta realização que Antónia Gertrudes Pusich consagrou toda a sua actividade polifacetada: literária, teatral, jornalística, pedagógica, política, "feminista", musical... Por isso merece que aquando do ducentésimo aniversário do seu nascimento, em nome do povo croata, no seio do qual nasceu o seu pai António, lhe dediquemos este artigo, esperando que ele não seja o último consagrado à grande poetisa e jornalista lusa de origem croata.

BIBLIOGRAFIA

I. OBRAS DE ANTÓNIA PUSICH

Sonho, os gemidos, e os rogos da classe inactiva por D. Antónia Gertrudes Pusich, Tipografia Lusitana, Rua do Abarracamento de Peniche, n.º 43, Lisboa, 1844.

Preces ou cântico devoto aos fieis portugueses por D. Antónia Gertrudes Pusich, na Tipografia de G. M. Martins, Rua dos Capelistas n.º 62, Lisboa, 1848.

⁷⁵ Cf. "A Beneficência", n.º 1, de 1 de Novembro de 1852, p. 1.

⁷⁶ "A Beneficência", n.º 13, de 1 de Maio de 1853, p. 2.

⁷⁷ "A Beneficência", n.º 18 (1.ª série), de 15 de Julho de 1853, p. 2, tal como n.º 15 (2.ª série), de 15 de Julho de 1854, p. 2.

- Olinda ou a Abadia de Cumnor-Place. Poema original em 5 cantos por D. Antónia Gertrudes Pusich*, na Tipografia de G. M. Martins, Rua dos Capelistas n.º 62, Lisboa, 1848.
- À Sua Majestade El-Rei Fidelíssimo o Senhor D. Fernando II. no seu faustíssimo dia natalício no ano de 1848*, Tipografia, G. M. Martins, Lisboa, 1848.
- Preces ou cântico devoto dedicado aos fiéis portugueses por D. Antónia Gertrudes Pusich*, na Tipografia de G. M. Martins, Rua dos Capelistas, n.º 62, Lisboa, 1848.
- Galeria das Senhoras na Câmara dos Senhores Deputados ou as minhas observações por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Tipografia de Borges, Rua da Oliveira (ao Carmo) n.º 65, Lisboa, 1848.
- Cântico devoto em honra e memória das dores de Maria Santíssima, e da sagrada paixão e morte de Jesus Cristo, Nosso Deus e Redentor*, Tipografia de Joaquim Manuel Eusébio, Portas de Santo Antão, n.º 9, Lisboa, 1857.
- Homenagem a Sua Majestade a Rainha de Portugal Dona Estefânia*, Tipografia J. B. Morando, Lisboa, 1858.
- Lamentos à saudosa memória da Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Henriqueta do Casal Ribeiro por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Imprensa Silviana, Lisboa, 1859.
- Saudade à memória da virtuosa rainha de Portugal, à Senhora D. Estefânia, falecida em 17 de Julho de 1859, dedicada a seu augusto e saudoso consorte, El-Rei o Senhor D. Pedro V.*, Tipografia do Futuro, Lisboa, 1859.
- Parabéns a Sua Majestade o Senhor D. Fernando II em memória do consórcio da sua filha a Senhora Infanta de Portugal-Princesa de Saxónia D. Maria Ana e do nascimento da primeira Neta do Mesmo Augusto Senhor por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Lisboa, 1860.
- Canto saudoso ou lamentos na solidão à memória do virtuoso Monarcha o Senhor Dom Pedro Quinto por D. Antónia Gertrudes Pusich*, Tipografia do Futuro, Rua da Cruz de Pau, n.º 35, Lisboa, 1861.
- Biografia de António Pusich. Contendo 18 documentos de relevantes serviços prestados a Portugal por este ilustre varão. Resumo da história da República de Ragusa e sua antiga literatura por D. Antónia Pusich*, Lallemand Frères Typ., R. do Tesouro Velho, 6, Lisboa, 1872.
- Breves considerações acerca dos mapas organizados pelo benemérito Presidente da Relação de Lisboa sobre a Estatística criminal e inventários orfanológicos na área da sua jurisdição por D. Antónia Pusich*, Tipografia do jornal - o País, Largo do Carmo, 15, Lisboa, 1874.
- Homenagem a Luís de Camões*, Tipografia Coelho & Irmão = Rua de S. Bento, 127 - 129, Lisboa, 1880.

Memória ao benemérito Duque de Avila e de Bolama falecido em 4 de Maio de 1881 por D. Antônia Pusich, Tipografia do Diário de Lisboa, Rua do Arco a Jesus, 19, Lisboa, 1881.

Saudação à Sua Majestade o Rei de Itália Humberto Primeiro dedicada à Sua Majestade a Rainha de Portugal Senhora D. Maria Pia Sua Augusta Irmã por D. Antônia Pusich, s. l., s. a.

II. REVISTAS FUNDADAS E DIRIGIDAS POR ANTÔNIA PUSICH

“Assembleia Literária” (jornal de instrução), Lisboa, [1849?]-1851.

“Beneficência” (jornal dedicado à Associação consoladora dos aflitos), Lisboa, 1852-1855.

“A cruzada” (jornal religioso e literário), Lisboa, 1858.

III. OUTRAS ANTOLOGIAS E REVISTAS QUE CONTÊM POEMAS DE ANTÔNIA PUSICH

Colecção de poesias oferecidas aos assinantes da Revista Popular, na Imprensa Nacional, Lisboa, 1849.

Miscelânea poética (jornal de poesias publicadas desde Julho de 1851 a Agosto de 1852), 2.^a colecção, na loja de F. G. da Fonseca, livreiro e editor, Porto, 1852.

Os Fastos de Públio Ovídio Nasão com tradução em verso português seguidos de copiosas anotações por quase todos os escritores portugueses contemporâneos, tomo III, Lisboa, Por ordem e na imprensa da Academia Real das Ciências, MDCCCLXII.

“Cardoso, Nuno Catarino: *Poetisas Portuguesas*, edição e propriedade do autor, Lisboa, 1917.

“O Correio das Damas”, n.º 47, Lisboa, 25 de Outubro de 1843.

“Revista Universal Lisbonense”, jornal dos interesses físicos, morais e literários, colaborado por muitos sábios e literatos e redigido por António Feliciano de Castilho, tomo IV, ano de 1844-1845, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, Rua dos Fanqueiros, n.º 82, Lisboa, 1845. (Junho-19-1845.)

A Grinalda”, redactores: Nogueira Lima - J. M. B. Carneiro, na Tipografia de Sebastião José Pereira, Praça de S. Teresa, n.º 28, Porto, 1855.

“O Bardo” (jornal de poesias inéditas), redactores: A. P. C. - F. X. de Novais, nova edição, editor: Francisco Gomes da Fonseca, Porto, 1857.

“Ilustração Popular”, n.º 32, ano: 1866.

“Ilustração Popular”, n.º 21, vol. 2.º, ano: 1867.

IV. BIBLIOGRAFIA RELATIVA A ANTÓNIA PUSICH

Arantes e Oliveira, Eduardo R. Romano de: “António Pusich, chefe de esquadra da Armada Real e governador de Cabo Verde” (manuscrito da conferência pronunciada a 12 de Outubro de 2004 na Academia de Marinha de Lisboa)

Calixto, Maria Leonor: *A Literatura “Negra” ou “de Terror” em Portugal nos Séculos XVIII e XIX*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1955.

Costa, António da: *A Mulher em Portugal*, Lisboa, Livraria Férrin 70, Rua Nova do Almada, 71, 1893.

Lamas; Rosmarie Wank-Nolasco: *Mulheres para além do Seu Tempo*, Bertrand Editora, Lisboa, 1995.

Leal, Maria Ivone: *Século de Periódicos Femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 1992.

Leite, António Pedro de Sousa: *Genealogia da família Pusich* (manuscrito)
Pusich, Antónia: *Biografia de António Pusich. Contendo 18 documentos de relevantes serviços prestados a Portugal por este ilustre varão. Resumo da história da República de Ragusa e sua antiga literatura*, Lallemand Frères Typ., R. do Tesouro Velho, 6, Lisboa, 1872.

Raposo, Cunha A.; “Esquecida Antónia Pusich”, in: “A Rua”, 16-3-1978.

Silva, Inocêncio Francisco da: *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

Silva, Maria Regina Tavares da: “Antónia Pusich: uma pioneira na defesa do direito da mulher à educação”, in: “Diário de Notícias”, 18-10-1981, p. 15

Silva, Maria Regina Tavares da; Vicente, Ana: *Mulheres Portuguesas (Vidas e Obras celebradas - Vidas e Obras ignoradas)*, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, Lisboa, s. a.

Necrológio anónimo com o título “D. Antónia Gertrudes Pusich”, u: “Ocidente” (Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro), 6.º ano, vol. VI, n.º 175, 1 de Novembro de 1883, p. 243

Dicionário de Educadores Portugueses (Direcção de António Nóvoa), Edições Asa, Porto, 2003.

- Dicionário de Literatura Portuguesa* (organização e direcção de Álvaro Manuel Machado), Editorial Presença, Lisboa, 1996.
- Os Fastos de Públio Ovídio Nasão com tradução em verso português seguidos de copiosas anotações por quase todos os escritores portugueses contemporâneos*, tomo I, Lisboa, Por ordem e na imprensa da Academia Real das Ciências, MDCCCLXII.

V. LIVROS E REVISTAS QUE CONTÊM OBRAS DE ANTÓNIO PUSICH

- Carreira, António: *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde* (textos inéditos de Aniceto António Ferreira, Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos e António Pusich), Lisboa, 1987.
- Feijó, João da Silva: *Ensaio e Memórias Económicas Sobre as Ilhas de Cabo Verde (século XVIII)* (apresentação e comentários: António Carreira), Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, Praia (Cabo Verde) - Lisboa, 1986.
- Pusich, João António; Pusich, António: *Notas críticas sobre os mais importantes artigos da Lei de 20 de Julho de 1822, condenados pelo Senhor Manuel António Martins, numa memória que apresentou ao Soberano Congresso em 1822, novamente reimpressas*; Lisboa: na Imprensa Nevesiana, Rua do Loureiro, n.º 15, junto aos Caetanos, ano de 1837.
- Pusich, António: "As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX" (memórias de António Pusich, publicadas e anotadas por Orlando Ribeiro), in: "Garcia de Orta" (revista da junta das missões geográficas e de investigação do ultramar), vol. IV, n.º IV, Lisboa, 1956.

VI. BIBLIOGRAFIA RELATIVA A ANTÓNIO PUSICH

- Arantes e Oliveira, Eduardo R. Romano de: "António Pusich, chefe de esquadra da Armada Real e governador de Cabo Verde" (manuscrito da conferência pronunciada a 12 de Outubro de 2004 na Academia de Marinha de Lisboa)
- Barcelos, Cristiano José de Sena: *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, parte III, Lisboa, Por ordem e na Tipografia da Academia, 1905.
- Čučić, Vesna: "Antun Pušić" (manuscrito)
- Kapetanić, Niko; Vekarić, Nenad: *Konaovski rodovi* (tomo III), Zavod za povijesne znanosti HAZU-a, Dubrovnik, 2000.

- Leite, António Pedro de Sousa: *Genealogia da família Pusich* (manuscrito)
- Luetić, Josip: "Pomorci i jedrenjaci Republike Dubrovačke", NZMH, Zagreb, 1984.
- Pusich, Antonia: *Biografia de António Pusich. Contendo 18 documentos de relevantes serviços prestados a Portugal por este ilustre varão. Resumo da história da República de Ragusa e sua antiga literatura*, Lallemand Frères Typ., R. do Tesouro Velho, 6, Lisboa, 1872.
- Talan, Nikica: "O tratamento da guerra civil portuguesa (1820-1834) na *Biografia de António Pusich*", in: "Brotéria", n.º 3, vol. 150, Lisboa, 2000, págs. 375-382.
- Talan, Nikica: "Život i djelo Antuna Pušića", in: "Marulić", n.º 2, Zagreb, 2005, págs. 242-259.

VII. OUTRA BIBLIOGRAFIA

- Martins, J. P. Oliveira: *História de Portugal*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1988.
- Saraiva António José; Lopes, Óscar: *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, ¹⁷1996.
- Saraiva, José Hermano: *História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1993.
- Talan, Nikica: *Hrvatska - Portugal, kulturno povijesne veze kroz stoljeća / Croácia - Portugal, relações histórico-culturais no decorrer dos séculos*, Društvo hrvatskih književnika, Zagreb, 1996.
- Talan, Nikica: *Hrvatska - Brazil, kulturno povijesne veze / Croácia - Brasil, relações histórico-culturais*, Društvo hrvatskih književnika, Zagreb, 1998.
- Talan, Nikica: *Povijest portugalske književnosti*, Školska knjiga, Zagreb, 2004.
- Dicionário de Literatura* (ur. Jacinto Prado Coelho), Livraria Figueirinhas, Porto, ⁴1997.
- Mini Enciclopédia* (direcção: Manuel Alves de Oliveira e Maria Irene Bigotte de Carvalho), Círculo de Leitores, Lda, Lisboa, 1993.
- Roteiro da Literatura Portuguesa*, Verlag Teo Ferrer de Mesquita, Frankfurt am Main, ²1996.
- Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Ed. Século XXI), Editorial Verbo, Lisboa-São Paulo, 1998.



U POČAST ZABORAVLJENOJ ANTÓNIJI GERTRUDES PUSICH

Tekst govori o velikoj portugalskoj spisateljici, novinarki, glazbenici i borcu za ženska prava (hrvatskog podrijetla) - Antóniji Gertrudes Pusich. Budući da su Pušićkin život i djelo neodvojivi od života i djela njezina oca, prvi dio članka posvećen je Antunu Pušiću - osobi koja je u najvećoj mjeri predodredila autoričinu životnu i književnu putanju, dok se drugi dio uglavnom bavi Antónijinom izuzetno razgranatom umjetničkom djelatnošću: književnom, kazališnom, novinarskom, pedagoškom, političkom i "feminističkom".

Palavras-chaves: Antónia Pusich, António Pusich, romantismo português, jornalismo oitocentista, feminismo

Ključne riječi: Antónia Pusich, António Pusich, portugalski romantizam, devetnaestostoljetno novinarstvo, feminizam

Nikica Talan
Departamento de Línguas Românicas
Faculdade de Letras da Universidade de Zagreb
Ivana Lučića 3
10000 Zagreb, CROÁCIA
ntalan@ffzg.hr

